

Danos causados pela chuva podem chegar a R\$ 1,5 bilhão, diz secretário



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Carol Garcia/GOVBA

O secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**, afirma que os custos para recuperar as áreas danificadas pela chuva de dezembro podem chegar a R\$ 1,5 bilhão somente na Bahia. O valor é 50% maior do que a cifra estimada inicialmente (R\$ 1 bilhão). O secretário avalia que a estrutura estadual está preparada para implementar todo este investimento. 'O que for necessário e estiver ao alcance do Estado será feito', diz o titular da Sefaz.

De acordo com Vitório, 'o governo baiano começou abrigoando as famílias, distribuindo itens básicos e concedendo crédito a pequenos empresários, e as ações de infraestrutura já estão encaminhadas'. O gestor avalia que a resposta da Bahia reflete uma liderança alinhada à agenda da sociedade, à frente de um Estado bem estruturado financeiramente, e, portanto, apto a responder aos desafios, ainda que inesperados.

'A Bahia está entre os estados que mais investem no país há muitos anos, e mantém as contas em dia graças

a um modelo de trabalho implantado ao longo de sucessivas gestões. Nossa tarefa é manter o Estado na rota do desenvolvimento, não importa se há vento contrário. Somos otimistas quando há pessimismo. Quando há muito otimismo, por outro lado, mantemos os pés no chão, conectados à realidade.'

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório

Reconstrução de áreas afetadas pelas chuvas pode chegar a R\$ 1,5 bilhão, diz Manoel Vitório



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ao enfatizar a pronta atuação do Estado para socorrer as vítimas da maior tragédia climática da história da Bahia, tendo à frente o governador **Rui Costa**, o secretário estadual da Fazenda, **Manoel Vitório**, avalia que o custo das fortes chuvas sobre as áreas afetadas poderá chegar a R\$ 1,5 bilhão, ultrapassando a cifra de R\$ 1 bilhão prevista inicialmente. A previsão envolve obras urgentes inclusive em rodovias federais afetadas, e os municípios precisam de mais recursos e amparo da União. Mas o governo baiano não vai esperar, afirma Vitório. 'O que for necessário e estiver ao alcance do Estado será feito'.

Diante da tragédia, observa o secretário, 'o governo baiano começou abrigando as famílias, distribuindo itens básicos e concedendo crédito a pequenos empresários, e as ações de infraestrutura já estão encaminhadas'. O trabalho liderado pelo governador 'demonstrou mais uma vez como atua uma gestão solidária e presente na vida da população', argumenta Vitório, contrastando esta atitude com a postura errática do governo federal nesta e em outras emergências,

como a pandemia.

Ele ressalta ainda que a prontidão da Bahia reflete uma liderança alinhada à agenda da sociedade, à frente de um Estado bem estruturado e portanto apto a responder aos desafios, ainda que inesperados. A Bahia, lembra o secretário, está preparada para despesas extraordinárias por ter adotado um modelo de gestão baseado em qualidade do gasto, modernização do **fisco** e combate à sonegação. Por conta desta estratégia, observa, o governo tem conseguido lidar bem com as limitações vividas por um estado nordestino, que tem a maior parte do território no semiárido.

'A Bahia está entre os estados que mais investem no país há muitos anos, e mantém as contas em dia graças a um modelo de trabalho implantado ao longo de sucessivas gestões e aperfeiçoado desde os passos iniciais em 2007, na primeira administração de Jaques Wagner', afirma. Em sua fórmula, lembra Vitório, o Modelo Bahia de Gestão é pautado pelo bom senso na hora de administrar os recursos públicos, 'um ingrediente simples mas cada vez mais raro em tempos de populismo nas mídias sociais'.

Manter o equilíbrio

'Nossa tarefa é manter o Estado na rota do desenvolvimento, não importa se há vento contrário. Somos otimistas quando há pessimismo. Quando há muito otimismo, por outro lado, mantemos os pés no chão, conectados à realidade'.

A diretriz maior do governo baiano tem sido manter o equilíbrio das contas neste período em que o Brasil passou por sucessivas crises econômicas, diz Vitório. 'Agora mesmo acabamos de vencer os obstáculos de mais um ano e o governo continuou investindo fortemente em infraestrutura, saúde, educação, segurança e outras áreas'. O propósito é seguir neste ritmo em 2022, preparando o terreno para a sonhada

recuperação econômica brasileira. 'A retomada talvez não venha este ano, mas poderá se concretizar em 2023, quando, temos certeza, novos ares passarão a soprar a partir de Brasília'.

[Voltar para a página inicial](#)

Assuntos e Palavras-Chave: SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio,FISCO

Danos causados pela chuva no estado podem chegar a R\$ 1,5 bilhão



Publicações relacionadas

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Da Redação

Os custos para recuperar as áreas danificadas pela chuva de dezembro no estado podem chegar a R\$ 1,5 bilhão, um valor 50% maior do que a cifra estimada inicialmente (R\$ 1 bilhão). A declaração foi dada pelo secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**.

Segundo o secretário, 'o governo baiano começou abrigo das famílias, distribuindo itens básicos e concedendo crédito a pequenos empresários, e as ações de infraestrutura já estão encaminhadas'.

'A Bahia está entre os estados que mais investem no país há muitos anos, e mantém as contas em dia graças a um modelo de trabalho implantado ao longo de sucessivas gestões. Nossa tarefa é manter o Estado na rota do desenvolvimento, não importa se há vento contrário. Somos otimistas quando há pessimismo. Quando há muito otimismo, por outro lado, mantemos os pés no chão, conectados à realidade.'

adblock ativo

Reconstrução de áreas afetadas pelas chuvas pode chegar a R\$ 1,5 bilhão, diz secretário da Fazenda



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O secretário estadual da Fazenda, **Manoel Vitório**, avalia que o custo das fortes chuvas sobre as áreas afetadas poderá chegar a R\$ 1,5 bilhão, ultrapassando a cifra de R\$ 1 bilhão prevista inicialmente. A previsão envolve obras urgentes inclusive em rodovias federais afetadas, e os municípios precisam de mais recursos e amparo da União. Mas o governo baiano não vai esperar, afirma Vitório. 'O que for necessário e estiver ao alcance do Estado será feito'.

Diante da tragédia, observa o secretário, 'o governo baiano começou abrigando as famílias, distribuindo itens básicos e concedendo crédito a pequenos empresários, e as ações de infraestrutura já estão encaminhadas'. O trabalho liderado pelo governador 'demonstrou mais uma vez como atua uma gestão solidária e presente na vida da população', argumenta Vitório, contrastando esta atitude com a postura errática do governo federal nesta e em outras emergências, como a pandemia.

Ele ressalta ainda que a prontidão da Bahia reflete uma

liderança alinhada à agenda da sociedade, à frente de um Estado bem estruturado e portanto apto a responder aos desafios, ainda que inesperados. A Bahia, lembra o secretário, está preparada para despesas extraordinárias por ter adotado um modelo de gestão baseado em qualidade do gasto, modernização do **fisco** e combate à sonegação. Por conta desta estratégia, observa, o governo tem conseguido lidar bem com as limitações vividas por um estado nordestino, que tem a maior parte do território no semiárido.

Vitório diz ainda que a diretriz maior do governo baiano tem sido manter o equilíbrio das contas neste período em que o Brasil passou por sucessivas crises econômicas, diz Vitório. 'Agora mesmo acabamos de vencer os obstáculos de mais um ano e o governo continuou investindo fortemente em infraestrutura, saúde, educação, segurança e outras áreas'. O propósito é seguir neste ritmo em 2022, preparando o terreno para a sonhada recuperação econômica brasileira. 'A retomada talvez não venha este ano, mas poderá se concretizar em 2023, quando, temos certeza, novos ares passarão a soprar a partir de Brasília'.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, FISCO

115 mil baianos já pagaram o IPVA com 20% desconto; prazo acaba dia 10

DA REDAÇÃO FEBRUARY 01, 2022



Em momentos como o que vivemos, o jornalismo sério ganha ainda mais relevância. Precisamos um do outro para atravessar essa tempestade. Se puder, apoie nosso trabalho e assine o **Jornal Correio** por apenas R\$ 5,94/mês.

Faltando dez dias para o fim do prazo de pagamento do IPVA 2022 com 20% de desconto, 115,7 mil baianos já quitaram o tributo. Este número representa, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), um incremento de 35% em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única. O desconto de 20% oferecido pelo Governo do Estado, o dobro em relação aos

10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro.

Já quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo, também terá o dobro de desconto em comparação aos anos anteriores. O abatimento, que neste caso era de 5%, em 2022 é de 10%. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes.

“A ampliação do desconto e o aumento do número de parcelas têm como objetivo melhorar as condições disponíveis para o contribuinte e proteger os proprietários de veículos dos efeitos da inflação, que nos últimos meses voltou a ser alvo de preocupação para os brasileiros e repercute no mercado de veículos”, explica o diretor de arrecadação da Sefaz-Ba, Augusto Guenem.

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no www.sefaz.ba.gov.br ou via 0800 071 0071 e faleconosco@sefaz.ba.gov.br. Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o pagamento do IPVA, que representa a segunda fonte de arrecadação tributária do Estado. De acordo com o fisco estadual, o valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Parcelamento em cinco vezes

Este ano, a opção de parcelamento do imposto, que estará disponível a partir de março, traz outra boa notícia para o contribuinte: será possível dividir o

valor do IPVA em cinco vezes, número também maior que as três vezes dos anos anteriores.

Para pagar de forma fracionada, basta observar a data da primeira cota no calendário do IPVA 2022 e realizar o pagamento, nos bancos credenciados, do valor correspondente à parcela devida. Placas de final 1, por exemplo, devem realizar o pagamento da primeira cota no dia 30 de março. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120,00. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes.

<https://outline.com/AKPr7X>

COPY

 Annotations · [Report a problem](#)

Outline is a free service for reading and annotating news articles. We remove the clutter so you can analyze and comment on the content. In today's climate of widespread misinformation, Outline empowers readers to verify the facts.

[HOME](#) · [TERMS](#) · [PRIVACY](#) · [DMCA](#) · [CONTACT](#)



IPVA 2022 com desconto de 20% já foi quitado por 115 mil baianos

1 fevereiro 2022

Foto: Paula Fróes/GOVBA

A dez dias para o fim do prazo de pagamento do IPVA 2022 com 20% de desconto, 115,7 mil baianos já quitaram o tributo. Esse número representa, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), um incremento de 35% em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única.

O desconto de 20% oferecido pelo Governo do Estado, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro. Já quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo, também terá o dobro de desconto em comparação aos anos anteriores. O abatimento, que neste caso era de 5%, em 2022 é de 10%. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes.

“A ampliação do desconto e o aumento do número de parcelas têm como objetivo melhorar as condições disponíveis para o contribuinte e proteger os proprietários de veículos dos efeitos da inflação, que nos últimos meses voltou a ser alvo de preocupação para os brasileiros e repercute no mercado de veículos”, explica o diretor de arrecadação da Sefaz-Ba, Augusto Guenem.

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no [site da Sefaz](#) ou via 0800 071 0071 e faleconosco@sefaz.ba.gov.br.

Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o pagamento do IPVA, que representa a segunda fonte de arrecadação tributária do Estado. De acordo com o fisco estadual, o valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Parcelamento em cinco vezes

Este ano, a opção de parcelamento do imposto, que estará disponível a partir de março, traz outra boa notícia para o contribuinte: será possível dividir o valor do IPVA em cinco vezes, número também maior que as três vezes dos anos anteriores.

Para pagar de forma fracionada, basta observar a data da primeira cota no calendário do IPVA 2022 e realizar o pagamento, nos bancos credenciados, do valor correspondente à parcela devida. Placas de final 1, por exemplo, devem realizar o pagamento da primeira cota no dia 30 de março. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes.

Fonte: Ascom/Sefaz

Veículo: Metro1	
Data: 01/02/2022	Caderno: Bahia



BAHIA

115 mil baianos aproveitam desconto e já quitaram IPVA 2022

Desconto de 20% para cota única é válido até 10 de fevereiro



Foto: **Divulgação**

Por: **Metro1** no dia 01 de fevereiro de 2022 às 07:28

Faltando dez dias para o fim do prazo de pagamento do IPVA 2022 com 20% de desconto o número de baianos que aproveitaram a vantagem já é 35% maior do que os de 2021. Ao todo, 115,7 mil baianos já quitaram o imposto junto à **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, que divulgou os dados.

O desconto de 20% é oferecido pelo governo da Bahia, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro.

Quem escolher deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento também terá o dobro de desconto em comparação ao oferecido em anos anteriores. Neste caso, o abatimento passou de 5% para 10% em 2022. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes.

“A ampliação do desconto e o aumento do número de parcelas têm como objetivo melhorar as condições disponíveis para o contribuinte e proteger os proprietários de veículos dos efeitos da inflação, que nos últimos meses voltou a ser alvo de preocupação para os brasileiros e repercute no mercado de veículos”, explica o diretor de arrecadação da Sefaz-Ba, Augusto Guenem.

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento.

Veículo: Varela Net	
Data: 01/02/2022	Caderno: Bahia



Mais de 115 mil baianos já quitaram o IPVA 2022 com desconto de 20%

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob



Foto: Domingos Junior/Varela Net | Por Redação no dia 01 de fevereiro de 2022 às 08:43

A dez dias para o fim do prazo de pagamento do IPVA 2022 com 20% de desconto, 115,7 mil baianos já quitaram o tributo. Esse número representa, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), um incremento de 35% em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única.

O desconto de 20% oferecido pelo Governo do Estado, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro. Já quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo, também terá o dobro de desconto em comparação aos anos anteriores. O abatimento, que neste caso era de 5%, em 2022 é de 10%. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes.

“A ampliação do desconto e o aumento do número de parcelas têm como objetivo melhorar as condições disponíveis para o contribuinte e proteger os proprietários de veículos dos efeitos da inflação, que nos últimos meses voltou a ser alvo de preocupação para os brasileiros e repercute no mercado de veículos”, explica o diretor de arrecadação da Sefaz-Ba, Augusto Guenem.

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido de forma automática. Mais informações estão disponíveis no www.sefaz.ba.gov.br ou via 0800 071 0071 e faleconosco@sefaz.ba.gov.br.

Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o pagamento do IPVA, que representa a segunda fonte de arrecadação tributária do Estado. De acordo com o fisco estadual, o valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Parcelamento em cinco vezes

Este ano, a opção de parcelamento do imposto, que estará disponível a partir de março, traz outra boa notícia para o contribuinte: será possível dividir o valor do IPVA em cinco vezes, número também maior que as três vezes dos anos anteriores.

Para pagar de forma fracionada, basta observar a data da primeira cota no calendário do IPVA 2022 e realizar o pagamento, nos bancos credenciados, do valor correspondente à parcela devida. Placas de final 1, por exemplo, devem realizar o pagamento da primeira cota no dia 30 de março. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes.

Veículo: Política Livre	
Data: 01/02/2022	Caderno: Bahia



01 de fevereiro de 2022 | 08:00

IPVA 2022 com desconto de 20% já foi quitado por 115 mil baianos

BAHIA

Faltando dez dias para o fim do prazo de pagamento do IPVA 2022 com 20% de desconto, 115,7 mil baianos já quitaram o tributo. Este número representa, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), um incremento de 35% em relação ao total de contribuintes que no mesmo período do ano passado já haviam feito o pagamento da cota única.

O desconto de 20% oferecido pelo Governo do Estado, o dobro em relação aos 10% concedidos em 2021, vale para quem quitar o tributo de forma integral até 10 de fevereiro. Já quem deixar para fazer a quitação integral do IPVA na data da primeira cota do parcelamento, que varia de acordo com o número final da placa do veículo, também terá o dobro de desconto em comparação aos anos anteriores. O abatimento, que neste caso era de 5%, em 2022 é de 10%. Este ano é possível ainda parcelar o imposto em cinco vezes a partir de março, enquanto nos exercícios anteriores o prazo era de três vezes.

“A ampliação do desconto e o aumento do número de parcelas têm como objetivo melhorar as condições disponíveis para o contribuinte e proteger os proprietários de veículos dos efeitos da inflação, que nos últimos meses voltou a ser alvo de preocupação para os brasileiros e repercute no mercado de veículos”, explica o diretor de arrecadação da Sefaz-Ba, Augusto Guenem.

O pagamento do IPVA pode ser feito nas instituições credenciadas, que são o Banco do Brasil, o Bradesco e o Sicoob. É necessário informar o número do Renavam para ter acesso ao valor e fazer o pagamento. Dentro do prazo estabelecido para a cota única, o desconto no valor do imposto é concedido

de forma automática. Mais informações estão disponíveis no www.sefaz.ba.gov.br ou via 0800 071 0071 e faleconosco@sefaz.ba.gov.br.

Em 2022 já foram arrecadados R\$ 108,2 milhões com o pagamento do IPVA, que representa a segunda fonte de arrecadação tributária do Estado. De acordo com o fisco estadual, o valor arrecadado com o imposto é dividido meio a meio com o município onde o veículo foi emplacado.

Parcelamento em cinco vezes

Este ano, a opção de parcelamento do imposto, que estará disponível a partir de março, traz outra boa notícia para o contribuinte: será possível dividir o valor do IPVA em cinco vezes, número também maior que as três vezes dos anos anteriores.

Para pagar de forma fracionada, basta observar a data da primeira cota no calendário do IPVA 2022 e realizar o pagamento, nos bancos credenciados, do valor correspondente à parcela devida. Placas de final 1, por exemplo, devem realizar o pagamento da primeira cota no dia 30 de março. É preciso, para fazer jus ao parcelamento, que o valor devido seja de no mínimo R\$ 120,00. O proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter direito ao parcelamento em cinco vezes.

MIRIAM HERMES

O início do Programa Resposta Emergencial Para Pessoas Vulneráveis Afetadas Pelas Enchentes na Bahia e em Minas Gerais foi formalizado, ontem, em Ilhéus, em encontro que contou com o embaixador da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez e o vice-governador e secretário de Planejamento da Bahia, João Leão.

Participaram também representantes políticos da região, bem como lideranças da Igreja Católica. De acordo com o prefeito de Ilhéus, Mário Alexandre, o apoio dos organismos internacionais é de fundamental importância na reconstrução, assim como a solidariedade de brasileiros e estrangeiros.

O programa, que soma R\$ 6,3 milhões, (1 milhão de euros) está em fase inicial de execução e é resultado de um trabalho de parceria entre diversos entes, mobilizados pela União Europeia, um bloco com 27 países, com apoio da Rede Cáritas.

Amanhã, a comitiva, que conta ainda com a coordenadora da Cáritas Brasileira, Rebekka Reischmann, do gerente de programas da Cáritas Suíça no Brasil, Christoph Oversohl, e do oficial de comunicação da embaixada da União Europeia no Brasil, dom Giovanni Crippa, tem reuniões em Itabuna e Itajuípe, onde também visita comunidades atingidas.

A proposta do programa é atender as necessidades urgentes de aproximadamente 24.000 pessoas, beneficiando famílias de Itabuna, Ilhéus, Itajuípe, Itamaraju (Nova Alegria), Jucuruçu e Dário Meira, na Bahia, além

CHUVAS Programa, que soma R\$ 6,3 milhões (1 milhão de euros) está em fase inicial de execução e é resultado de trabalho de parceria entre diversos entes

Ação para vítimas na Bahia e Minas Gerais é formalizada



Guthierry Andrade/ Divulgação

Amanhã, a comitiva tem reuniões e visita comunidades atingidas

de Palmópolis e Rio do Prado, em Minas Gerais.

A previsão é trabalhar com três eixos de ação humanitária, como auxílio monetário; entrega de kits de higiene e limpeza e apoio para estruturação/fortalecimento de três abrigos na região, sendo dois em Itabuna e um em Itajuípe.

De acordo com o embaixador Ybáñez estão sendo avaliados critérios de vulnerabilidade para selecionar as famílias que receberão auxílio monetário e kits de higiene. Ele salientou que a ideia é ajudar o máximo de pessoas que estão necessitando deste apoio em um prazo de seis meses, “expressando nossa solidariedade em especial às famílias

afetadas na Bahia e Minas Gerais”.

Ybáñez destacou ainda que os recursos vêm do fundo administrado pela União Europeia, “que é uma parceria estratégica do Brasil”, para ser utilizado quando ocorrem eventos como as chuvas registradas na região, afetando a população mais necessitada de apoio.

REMANSO

Enfermeiro deve ser mantido em UBS

DA REDAÇÃO

O Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (Coren-BA), por intermédio da procuradoria-geral em parceria com o departamento de fiscalização, conseguiu uma vitória em outra ação de combate ao subdimensionamento de pessoal e a falta de enfermeiros em unidades de saúde.

No último dia 20 de janeiro, a Justiça Federal emitiu uma sentença condenando o município de Remanso a dispor e manter enfermeiros na Unidade Básica de Saúde (UBS) local.

De acordo com a lei nº 7.498/86, o desempenho das atividades de técnicos e auxiliares de enfermagem necessita da supervisão de enfermeiro. “É lamentável que algumas unidades funcionem sem a quantidade devida de profissionais” destacou a presidente do Coren-BA, Giszele Paixão.

Na sentença, o juiz Thiago Queiroz Oliveira também relata a gravidade da situação. “Mais que descumprir disposição de lei, a situação da unidade põe em risco a saúde dos pacientes”.

O município de Remanso deve cumprir as determinações no prazo de 90 dias, sob pena de multa diária, no valor de R\$ 2 mil por dia de atraso no cumprimento.

A TARDE

Memória

Fazendo o resgate dos acontecimentos da história da Bahia e do Brasil, através do olhar de **A TARDE** ao longo dos seus **109 anos**, com a assinatura da Jornalista e Doutora em Antropologia, Cleidiana Ramos.

Todo sábado no Jornal A TARDE

Acompanhe, também, no Portal **A TARDE** - www.atarde.com.br

Portal **A TARDE** .COM.BR

Jornal A TARDE

Grupo **A TARDE** COMUNICAÇÃO

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

TELEFONIA Após a aprovação do negócio, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica tem até o dia 15 de fevereiro para emitir a decisão final

Anatel aprova compra da Oi Móvel por Vivo, TIM e Claro

WELTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

Por unanimidade, o conselho diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou ontem, em Brasília, a compra do serviço de telefonia móvel da Oi pelo consórcio formado pelas operadoras Vivo, TIM e Claro. Os conselheiros seguiram o relator, Emanuel Campelo, que tinha dado aval ao negócio, mas impôs condicionantes.

O julgamento tinha começado na última sexta-feira (28). Na ocasião, apenas o parecer foi lido. O diretor Vicente Aquino pediu vistas [mais tempo para analisar o tema], e a votação não começou.

Na sessão de ontem, Aquino devolveu o processo com ajustes de redação e condicionantes adicionais em relação às medidas propostas por Campelo. Tanto o relator como os diretores Carlos Baigorri e Moisés Moreira acolheram os ajustes.

Concorrência

Pelos pontos acrescentados, a Anatel terá de acompanhar os usuários da Oi Móvel durante o processo de migração para as operadoras concorrentes. Os compradores terão até 90 dias, renováveis por mais 90, para negociarem um acordo para a manutenção dos serviços móveis prestados pela Oi na Estação Antártica Comandante Ferraz.

Após a aprovação do negócio pela Anatel, a venda da Oi Móvel será analisada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que tem até 15 de fevereiro para emitir a decisão final.

Compradores terão até 90 dias, renováveis por mais 90, para negociarem um acordo para a manutenção dos serviços móveis prestados pela Oi na Estação Antártica Comandante Ferraz

Desde 2016, a Oi está em recuperação judicial, quando uma companhia negocia dívidas com credores para evitar a falência. Em setembro do ano passado, a 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro prorrogou a conclusão do processo até março deste ano.

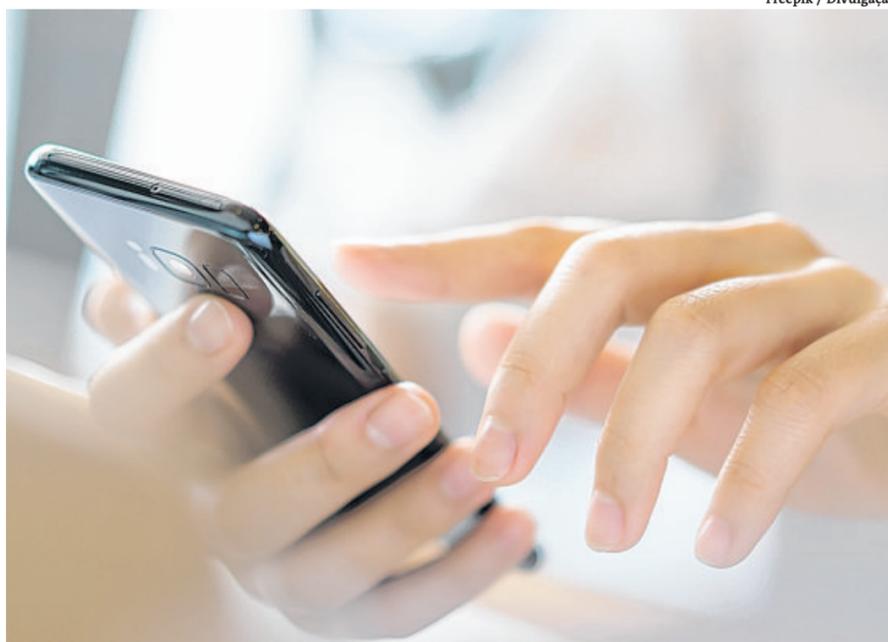
Venda de ativos

Em novembro de 2020, a Oi vendeu ativos, como torres e centros de dados, por R\$ 30,7 bilhões. A companhia ainda começou a receber os valores, tendo angariado cerca de R\$ 1,4 bilhão até o terceiro trimestre do ano passado. A venda da Oi Móvel deve render R\$ 15,8 bilhões, e a venda da InfraCo, empresa de infraestrutura óptica, está ava-

liada em R\$ 10,6 bilhões.

Para manter a concorrência na telefonia móvel, o relator do processo sugeriu que as operadoras concorrentes que comprarem o serviço móvel da Oi ofereçam, por preços especiais, os serviços de roaming a prestadoras de pequeno porte; estimulem a exploração do serviço móvel pessoal (SMP) por rede virtual e façam planos de compromissos voluntários para a utilização de faixas do espectro.

As empresas também deverão elaborar um plano especial de comunicação aos clientes, informando o direito de escolha do plano telefônico com consentimento expresso e garantindo o direito à portabilidade a qualquer momento.



Freepik / Divulgação

A Anatel terá de acompanhar os usuários da Oi Móvel durante a migração

TRABALHO

Brasil gerou 2,7 milhões de empregos formais em 2021

PEDRO PEDUZZI

Agência Brasil, Brasília

O Brasil terminou o ano de 2021 com saldo positivo de 2.730.597 vagas de emprego com carteira de trabalho assinada. Ao longo do ano, foram registradas 20.699.802 admissões e 17.969.205 desligamentos. Os dados foram divulgados hoje (31) pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Já o mês de dezembro registrou retração de 265.811 postos de trabalho. O número decorre de um total de 1.703.721 de desligamentos e de 1.437.910 admissões.

O estoque de empregos formais no país, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, em dezembro, ficou em 41.289.692 vínculos, o que, segundo o ministério, representa uma queda de 0,64% em relação ao mês anterior.

Contratação temporária De acordo com o ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, o resultado para o mês de dezembro era esperado, uma vez que “como ocorre rotineiramente no Brasil, temos as comunicações de demissão principalmente daqueles funcionários que trabalham no regime temporário”.

“O saldo negativo faz parte fundamentalmente dos trabalhadores temporários. Mas esse saldo aplicado so-

bre o acumulado do ano não dão saldo positivo na geração de empregos com carteira assinada no Brasil, da ordem de 2,7 milhões de postos de trabalho”, acrescentou ao destacar que desde o início do governo de Jair Bolsonaro, o país acumula saldo positivo de 3.183.221 novos postos de trabalho.

Por setor e região

No acumulado do ano, o saldo de 2,7 milhões de postos de trabalho teve, no setor de serviços, sua maior contribuição, com 1.226.026 vagas criadas. Foram 9.284.923 admissões ante a 8.058.897 desligamentos.

O setor de comércio agregou outras 643.754 vagas (4.889.494 admissões e 4.245.740 desligamentos), enquanto a Indústria gerou 475.141 novas vagas (3.352.363 admissões e 2.877.222 desligamentos) em 2021.

As cinco regiões apresentaram saldo positivo de contratações ao longo de 2021. Na Região Sudeste foram criados 1.349.692 postos de trabalho (crescimento de 6,8%); no Sul, o saldo foi de 480.771 postos a mais (alta de 6,61%); no Nordeste foram criados mais 474.578 postos (7,58%); no Centro-Oeste, o acréscimo foi de 263.304 vagas (8,07%); e a Região Norte teve incremento de 154.667 empregos formais (8,62%).

PRODUÇÃO

Cachoeira tem nova etapa de mecanização agrícola

DA REDAÇÃO

A prefeitura de Cachoeira inicia em fevereiro mais uma etapa do Serviço de Mecanização Agrícola para os pequenos produtores da região. No projeto, realizado pela Secretaria de Agricultura e Pesca, é disponibilizado um trator para arar e gradear as terras dos pequenos agricultores.

De acordo com a prefeitura, já foram feitas mais de 1,5 mil horas de trator, atendendo 22 comunidades e beneficiando mais de 500 produtores.

TRIBUTOS

Receita Federal parcela débitos em até 60 vezes

PEDRO PEDUZZI

Agência Brasil, Brasília

Instrução normativa publicada no Diário Oficial da União de ontem detalha como será o parcelamento de débitos perante a Receita Federal. De acordo com a Instrução nº 2.063, o parcelamento dos débitos “de qualquer natureza” poderá ser feito em até 60 prestações “mensais e sucessivas”.

Entre as novidades apresentadas está a retirada do limite de R\$ 5 milhões para

“O serviço de mecanização agrícola é importante para os agricultores e grupos produtivos locais, aumentando a área de plantio dos produtores, economizando no custo de hora/máquina do trator e gerando mais renda através do aumento da produtividade”, afirma a prefeita Eliana Gonzaga (Republicanos).

O cadastro é feito na Secretaria de Agricultura e Pesca. O agricultor deve comparecer com o RG e preencher a ficha de cadastro.

o parcelamento simplificado; e a possibilidade de negociar diversos tipos de dívidas tributárias em um único parcelamento.

“Até então, cada tributo negociado gerava um parcelamento distinto. Com essa medida, toda a dívida do contribuinte pode ser controlada em um único parcelamento, pago em um mesmo documento, sendo muito mais simples acompanhar”, informou.

Mais no portal e-CAC: cav.receita.fazenda.gov.br.



A indústria de shopping centers na Bahia



Divulgação

EDSON PIAGGIO

Coordenador Regional para a Bahia da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasca)

A história de shopping centers na Bahia teve início em 1971, pelo Empresário Joaci Góes. Logo que retornou da Califórnia, EE.UU, onde estudou na Stanford University. Após visitar vários Shopping Centers naquele Estado, Joaci se convenceu de que Salvador já comportaria um Shopping.

Não existia no Brasil profissionais com conhecimento no segmento. O planejamento foi elaborado por um especialista americano que se encontrava em São Paulo fazendo estudos para implantação de um Shopping naquela Cidade. O arquiteto foi o Espanhol Ramon Pedregal que elaborou o projeto após visitar vários shopping centers na Florida nos EE.UU. O local indicado pelo americano foi onde hoje está o Salvador Shopping. A Avenida Paralela, em construção, definia o novo vetor de crescimento da cidade e facilitava o acesso ao shopping.

O Empreendimento denominado Abaeté Shopping center com 17.000 m2 de área bruta locável – ABL. foi apresentado e aprovado pelo então prefeito de Salvador no ano de 1972 e não foi construído em decorrência das dificuldades de financiamento, pois á época não existia bancos com linhas de crédito específicas.

Em 1975 foi inaugurado o Shopping Iguatemi hoje denominado Shopping da Bahia, o primeiro na Bahia e o segundo no Brasil. O primeiro foi o Shopping Iguatemi São Paulo em 1966.

Salvador por alguns anos apresentava um déficit de ABL em shopping se comparado com a população com poder para comprar nestes Estabelecimentos. Assim, em 1980, inaugurou o Itaipara; em 1985, o Piedade; em 1987, o Barra; em 1996, o Lapa; em 2007, o Salvador Shopping; em 2008, o Passeo; em 2009, o Paralela; em 2010, os shopping Bella Vista e o Salvador Norte. Salvador tem hoje 10 shoppings center. No interior o primeiro foi o Boulevard, em 1993, em Feira de Santana, vindo logo em seguida os Shopping Centers Jequitibá- Itabuna, Conquista Sul e Boulevard em Vitória da Conquista, Boulevard em Camaçari e Teixeira de Freitas na cidade do mesmo nome, Outlets Centersem Salvador, Cidade Baixa, em Camaçari e na cidade de Juazeiro, entre os maiores.

Em Salvador, antes da pandemia, transitavam diariamente nos corredores dos shopping centers mais de 400.000 pessoas e na Bahia 560.000. Empregam mais de 25.000 pessoas em Salvador, 34.000 em toda Bahia com mais de 3.500 Lojistas, comercializando mensalmente mais de R\$ 760 milhões de bens e serviços.

Com a pandemia, os shopping centers sofreram muito. Ficaram mais de 160 dias fechados e voltaram a funcionar com muitas restrições trazendo sérios prejuízos, notadamente para os pequenos lojistas. Todavia, o setor demonstrou resiliência pois já estão com níveis de vendas bem próximos àqueles alcançados antes da pandemia.

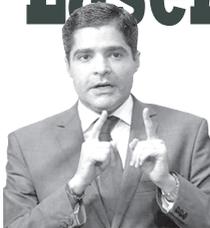
Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

Por Paulo Roberto Sampaio Guilherme Reis Raul Monteiro paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Raio Laser

A noiva

Quem anda, na atualidade, feito verdadeira noiva cortejada é o MDB, dos irmãos Lúcio e Geddel Vieira Lima. Tanto o senador Jaques Wagner, candidato do PT a governador, quanto o democrata ACM Neto, que concorrerá também ao governo, têm buscado se aproximar dos dois e tratar de um eventual apoio para a campanha deste ano. Ontem, por exemplo, o ex-prefeito de Salvador deveria ter um encontro diretamente com Geddel para tratar da manutenção do partido na base de apoio do prefeito Bruno Reis (DEM) e, consequentemente, na sua campanha ao governo. Ainda esta semana, no entanto, há a expectativa de que os emedebistas tenham um encontro com um preposto ou com o próprio Wagner para tratar do mesmo tema.



ACM Neto

“Ninguém vai ser obrigado a tomar a vacina. Mas você também não vai poder ir para os lugares públicos. Se você não quer tomar vacina, é um direito seu. Mas você não pode participar de nada com gente

Cálculo

Há um cálculo a que os petistas têm se apegado para defender a tese de que a eleição de Jaques Wagner (PT) em outubro é mais fácil do que os opositores alegam. Eles preveem que se o ex-presidente Lula passar de 60% na Bahia, o ‘galego’ estaria ‘garantido’. Eles estão convencidos de que, neste palamar, o líder nacional petista transferiria 50% para Wagner.



Jaques Wagner

Sem confronto

Agindo com sabedoria, o deputado federal Marcelo Nilo (PSB) evitou ontem um confronto com o deputado estadual Alex Lima (PSB), que tentou provocar um bate-boca com ele para, segundo se comenta, acelerar seu processo de saída do partido e, consequentemente, da base de apoio do governo Rui Costa (PT). Simplesmente, ignorou as falas do correligionário sobre sua movimentação.

Isca, não

No PSB, se dizia ontem que Nilo agiu de forma correta ao desconsiderar morder a isca do partidário, evitando, como se fala na gíria política, brigar para baixo, isto é, com um quadro que não tem peso político e que, inclusive, já anunciou que vai deixar a cena com a desistência de concorrer de novo a uma vaga na Assembleia Legislativa da Bahia.

Pegou ar 1

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) decidiu, após reunião ontem, não participar presencialmente da sessão de reabertura dos trabalhos no Parlamento baiano, que ocorrerá hoje. Os opositores argumentam que a medida é justificada pelo sucessivo desrespeito do governador Rui Costa (PT) ao Legislativo estadual, além do descumprimento de promessas repetidas pelo petista ao longo dos anos.

Pegou ar 2

“Conversamos com os deputados de nossa bancada e decidimos não participar presencialmente da sessão. Iremos acompanhar de forma online. O governador Rui Costa, ao longo dos anos, vem desrespeitando o Parlamento ao não cumprir o direito constitucional de pagamento das emendas impositivas, principalmente para os deputados da oposição. O governador trata a Alba como uma secretaria”, afirma o deputado Sandro Régis (Democratas), líder da bancada.

PV com Wagner

O presidente estadual do PV, Ivanilson Gomes, disse ontem que se for confirmada, provavelmente em março, a federação partidária com o PSB, PCDOB e PT, a sigla deve realmente apoiar o candidato do PT ao governo da Bahia, Jaques Wagner. Ivanilson disse que muita coisa mudou desde quando afirmou, no final de dezembro, que não via problema em apoiar nacionalmente a candidatura de Lula, apontando, porém, problema com o engessamento nos estados.

Impróprio

Nesta sexta-feira, a ministra Carmen Lúcia (STF) compareceu a um convésote no apartamento da presidente do PT, ex-senadora Gleisi Hoffman, onde estavam mais 30 militantes e a senadora Simone Tebet, pré-candidata à Presidência. Tebetaram de programas políticos, até que veio à baila a aprovação do aborto. Ai, a ministra deu o encerto com encerrado, retirando-se do local. O assunto foi comentado em Brasília, pela inusitada reunião.



Cármén Lúcia

Urnas

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) recebeu ontem, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o primeiro lote de urnas eletrônicas, modelo 2020, que serão utilizadas nas eleições de 2 de outubro deste ano. No Centro de Apoio Técnico (CAT) do TRE-BA, o presidente da Corte eleitoral, desembargador Roberto Frank, celebrou a chegada dos novos equipamentos e recebeu o total de 600 urnas junto com servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral.

Rio Branco

A única proposta recebida pelo Governo do Estado para a concessão do Palácio Rio Branco, localizado na Praça Tomé de Souza, no Centro Histórico de Salvador, foi concluída ontem. O imóvel já serviu de residência a vários governadores baianos. Segundo a Secretaria Estadual de Turismo (Setur), a licitação foi aprovada e o documento deve ser divulgado no Diário Oficial do Estado (DOE) de hoje. A proposta foi da BM Varejo e Empreendimentos, que administra a rede hoteleira Rosewood, com negócios na França e Itália.

Ônibus

Vereadores de diferentes cidades da Região Metropolitana de Salvador (RMS) se reuniram ontem com o diretor da Agerba, Carlos Henrique Martins, para discutir a situação do transporte público na região, bastante prejudicada após a empresa Viação Sol de Abrantes (VSA) enfrentar problemas de operação e interromper algumas linhas importantes das cidades da RMS.

Defesa Civil

O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), lança amanhã seis publicações, sendo uma nacional e cinco regionais, produzidas a partir do diagnóstico das características e necessidades dos municípios brasileiros em Proteção e Defesa Civil. Criados a partir do entendimento de que o diagnóstico é a saída mais eficaz no enfrentamento e na solução de problemas relacionados a desastres naturais ou tecnológicos (provocados), os cadernos vão possibilitar, de maneira inovadora, uma atuação mais assertiva e ampla do Governo Federal. A pesquisa é praticamente inédita, tendo em vista que outro diagnóstico, abrangendo somente a capacitação e a estrutura das defesas civis municipais, foi realizado há mais de dez anos.

Racismo

Para a vereadora Ireuda Silva (Republicanos), presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e vice da Comissão de Reparação, há muitas ideias distorcidas quando se fala sobre racismo atualmente. Uma delas é achar que o termo ‘racismo’ é apenas um sinônimo simples de ‘preconceito’, quando, na verdade, refere-se a uma estrutura de poder que escravizou e matou milhões de pessoas negras nos últimos séculos. E que continua a oprimir, a segregar e a matar. “É preciso entender que o racismo é mais do que preconceito. É um sistema de poder que oprime estruturalmente”, disse.

Reforço

A Prefeitura de Salvador convocou 125 novos Técnicos em Enfermagem aprovados no último processo de Recrutamento para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público. Os profissionais irão atuar na vacinação contra a Covid-19 e devem comparecer na sede da SEMGE hoje e amanhã. A convocatória foi publicada no Diário Oficial do Município (DOM) da última quinta-feira (27). De acordo com Leo Prates, Secretário da Saúde de Salvador, a Prefeitura atua de maneira firme e transparente no sentido de fortalecer o quantitativo de Técnicos em Enfermagem para ampliar o ritmo da vacinação contra a Covid-19.

Regulamentação

O vereador e ex-secretário de Cultura e Turismo de Salvador, Claudio Tinoco (Democratas), lamentou ontem o caso do turista carioca Kadu Pacheco que reclamou da abordagem de ambulantes no Farol da Barra. Ele lembrou do Projeto de Indicação 283/2021 sugerido por ele que pede a regulamentação dos pintores tribais na capital baiana e pediu a ordenação da atividade pela Prefeitura de Salvador. Kadu, turista do Rio de Janeiro, viralizou na internet após contar sobre o que ele chamou de ‘leves extorsões’. Ele teria sido assediado e ‘forçado’ a gastar R\$119 em pinturas tribais, fitinhas do Senhor do Bonfim e um colar com berimbau.



Claudio Tinoco

TCE

O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) reinicia suas atividades de julgamento hoje, com a realização da primeira sessão plenária em 2022, a partir das 14h30. Durante o ano de 2021, apesar das dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19, o Tribunal concluiu os julgamentos de 2.063 processos tendo aplicado R\$ 16.473.073,57 em multas e imputações de débitos. Do total de processos com julgamentos concluídos, 316 foram julgados pelo plenário, 193 pela Primeira Câmara e 236 pela Segunda Câmara.

PAULO ROBERTO SAMPAIO

Acho que esse vírus anda atacando o juízo das pessoas

Ando desconfiado de que essa Covid ou Ômicron, a marca da moda, está mexendo com o juízo desse povo. Dia desses, já contei aqui, estacionei meu carro num dos shoppings da cidade para almoçar com amigos e, antes da sobremesa, fui informado por um segurança que uma mulher tinha balido me. Sabe no que dei... em nada. Ela insistiu que meu carro era muito grande e a culpa era minha. Desisti e acabei no preju, mas livre de tão estapafúrdia tese. Lancei na conta da pandemia. Semana passada acabei envolvido em outra história dessas que o saudoso Stanislaus Ponte Preta tão bem registrou no Febeapa - Festival de Besteiras que Assola o País. O enredo é o seguinte. Ômicron derrubando meio mundo, contaminados a cada esquina e minha filha e minha mulher não escaparam. Como donas de uma loja em um shopping próximo ao da Bahia, acabaram nocauteadas pelo vírus, situação que se estendeu também à única funcionária. Loja fechada, elas pediram para



que eu justificasse à direção do estabelecimento não terem como abrir por uma questão de saúde pública, pedindo que fossem poupadas de qualquer penalidade ou multa. E, para minha surpresa, o máximo que obtive foi a promessa da direção de que avaliaria o que fazer, mas não teria como atender nosso pleito. Ou seja: para escapar à multa, a loja deveria seguir aberta, contaminando ou não os clientes e demais lojistas. Dá para acreditar... Dia desses me lancei a uma missão dessas compulsórias: fui fazer a transferência do Jazigo perpétuo de meu falecido pai para mim, já prevenendo que um dia, mais cedo ou mais tarde, terei de usá-lo. Sentei diante de uma funcionária que, após ouvir o meu pleito, que imagino não deve ser inédito, disparou: é, mas para fazer a transferência o senhor tem de trazer o atestado de óbito de seus pais - mortos há mais de 20 anos e lá enterrados a todo esse tempo. Reagi surpreso e usei perguntar: mas meus pais não estão enterrados aqui?... E vocês enter-

ram candidatos ao descanso eterno sem a tal certidão de óbito?... Mas deu em nada. A funcionária deu mil voltas, conseguindo - com um prêmio de consolação para mim, os dados dos cartórios onde as certidões foram expedidas e só. Fiquei a me perguntar se em caso de tão estapafúrdia situação não seria o caso de uma distinta funcionária deixar a sua sala, lá mesmo no cemitério, dar uns 40 ou 50 passos e se certificar do que eu estava falando, mas lembrei do caso do meu carro, que só perdi tempo e não deu em nada e fui atrás das cópias das certidões de óbito com uma ponta de desconfiança: mas como é mesmo o controle dos mortos que para lá são levados? Desisti de procurar entender e só lamentei nosso Stanislaus não estar entre nós para se deliciar com mais essa. A última veio do Rio Grande do Sul onde um empresário, convencido de que esse negócio de vacina, em especial para as crianças, é uma furada - com perdo do trocadilho - contratou dois carros de som que saíram a conclamar os pais a não vacinarem seus filhos, mesmo contrariando o que diz a ciência. O insólito episódio ocorreu em Novo Hamburgo, onde os carros quase foram apedrejados e acabaram apreendidos. Depois dessas, o que é que vocês me dizem desse vírus?...

Paulo Roberto Sampaio é diretor de Redação da Tribuna.

Casos

O boletim epidemiológico de ontem registra 30.609 casos ativos de Covid-19 na Bahia. Ontem foram registrados 3.825 novos casos de Covid-19, 4.401 recuperados e mais 32 óbitos. Dos 1.363.312 casos confirmados desde o início da pandemia, 1.304.759 já são considerados recuperados e 27.944 evoluíram para óbito. O boletim epidemiológico contabiliza ainda 1.727.392 casos descartados e 306.856 em investigação. Na Bahia, 57.412 profissionais da saúde foram confirmados para Covid-19.

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Danie1 Silva



Coluna ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI

EXPANSÃO

Responsável pelos pagamentos de programas de transferência de renda do governo de Jair Bolsonaro (PL), como o Auxílio Brasil, a Caixa Econômica Federal vai priorizar estados do Nordeste — governados por partidos de esquerda — na ampliação de sua rede de atendimento com abertura de novas unidades. A instituição financeira prevê o lançamento, neste ano eleitoral, de 84 agências na região: 70 de varejo e 14 de agronegócios. A região Norte terá 61 novas unidades; Sudeste, 52; Centro-Oeste, 40; e Sul, 31.

Maranhão

O Maranhão, comandado pelo comunista Flávio Dino, terá 27 novas unidades. Governado pelo petista Camilo Santana, o Ceará terá 18 novas agências da Caixa, seguido por Pernambuco (13), estado governado pelo PSB, partido que faz oposição a Bolsonaro.

Social

A Coluna, a Caixa informa que "este processo está baseado em avaliação técnica, que considera a viabilidade financeira, por meio dos planos de negócios das unidades, e a função social do banco". E complementa, ecoando o discurso do Plano: "A Caixa passará a prestar atendimento em micro-regiões historicamente desassistidas do país".

Tutu pré-eleitoral

Os expositos do segundo maior colégio eleitoral do País se movimentam em Minas Gerais. O senador Carlos Viana, recém-filiado ao MDB, é cotado para disputar o governo e ser o parâmetro de Jair Bolsonaro (PL). O presidente não confia em Romeu Zema (Novo), aliado que quer o capital bolsonarista, mas não o chefe da nação ao seu lado nas ruas.

Racha

O MDB já sofre um racha. O ex-senador Hélio Costa reapareceu e lançou sua candidatura à Casa Alta. E o ex-prefeito de BH Marco de Lacerda (PSB) ganhou um apoio de Ciro Gomes, de quem foi coordenador de campanha em 2002; convite para se filiar ao PDT e ser lançado ao Palácio. E foge nas montanhas.

Traição

O ex-deputado Roberto Jefferson, que por ordem do STF segue em prisão domiciliar, foi surpreendido por áudios e textos de um grupo secreto contra ele, chefiado pela presidente interina do PTB, Graziela Nienow.

Ruptura

Em carta para seu advogado, Roberto Jefferson fala sobre a decepção com o governo. "Fiz de minha continuação, mas ela não se transformou numa ruptura. Da Cristiane eu poderia esperar essas atitudes, mas da Graziela que eu gostava como filha, nunca". O PTB ainda não se manifestou oficialmente, sobre os áudios e a reação de Jefferson.

Mercado financeiro eleva projeção de inflação para 2022 e 2023

POR AGENCIA BRASIL

O mercado financeiro aumentou novamente a previsão de inflação para este ano. Segundo projeção do Boletim Focus, divulgado hoje (31) pelo Banco Central, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar 2022 em 5,38%. Há uma semana a projeção do mercado era de que a inflação terminasse o ano em 5,15%. Há quatro semanas a previsão era de 5,03%. Para 2023, o mercado mudou a expectativa e também aumentou a previsão de inflação. A nova projeção aponta uma inflação de 3,5%, ante os 3,4% da semana passada. Em 2024, a projeção é a mesma da semana passada, com inflação de 3%.

O boletim, que é divulgado semanalmente, reúne a projeção do mercado financeiro para os principais indicadores econômicos do país. Na projeção dessa semana, o Focus aponta um pequeno aumento na previsão do Produto Interno Bruto (PIB), na comparação com a semana passada. A nova projeção é de

um PIB de 0,30%, ante os 0,29% da semana anterior. Há quatro semanas o mercado previa um crescimento da economia brasileira de 0,36%. O Focus registra ainda uma diminuição na expectativa de crescimento do PIB para 2023, passando de 1,69% na semana passada para 1,55%. Para 2024, a projeção se manteve estável, ficando em 2%.

A previsão do mercado para a taxa básica de juros, a Selic, em 2022, também ficou estável em relação ao divulgado na semana passada, ficando em 11,75% ao ano. Há quatro semanas a projeção era de que a Selic fecharia 2022 em 11,50% ao ano.

A taxa, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), atualmente está em 9,25% ao ano. Para a próxima reunião do órgão, em fevereiro, o Copom já sinalizou que deve elevar a Selic em mais 1,5 ponto percentual. Para o fim de 2023, a estimativa é de que a taxa básica caia para 8% ao ano, a mesma da semana passada. E para 2024, a previsão é de Selic em 7% ao ano, projeção que repete a da semana anterior.

Brasil gerou 2,7 milhões de empregos com carteira assinada em 2021

POR AGENCIA BRASIL

O Brasil terminou o ano de 2021 com saldo positivo de 2.730.597 vagas de emprego com carteira de trabalho assinada. Ao longo do ano, foram registradas 20.699.802 admissões e 17.969.205 desligamentos. Os dados foram divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

Já o mês de dezembro registrou retração de 265.811 postos de trabalho. O número decorre de um total de 1.703.721 de desligamentos e de 1.437.910 admissões. O estoque de empregos formais no país, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, em dezembro, ficou em 41.289.692 vínculos, ou, segundo o ministério, representando uma queda de 0,64% em relação ao mês anterior.

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

De acordo com o ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, o resultado para o mês de dezembro era esperado, uma vez que "como ocorre rotineiramente no Brasil, temos as contratações de demissão principalmente daqueles funcionários que trabalham no regime temporário". "O saldo negativo faz parte fundamentalmente dos trabalhadores temporários. Mas esse saldo aplicado sobre o acumulado do ano nos dá saldo positivo na geração de



O BRASIL terminou o ano de 2021 com saldo positivo de 2.730.597 vagas de emprego com carteira de trabalho assinada

empregos com carteira assinada no Brasil, da ordem de 2,7 milhões de postos de trabalho", acrescentou ao destacar que desde o início do governo de Jair Bolsonaro, o país acumula saldo positivo de 3.183.221 novos postos de trabalho.

DADOS POR SETOR

No acumulado do ano, o saldo de 2,7 milhões de postos de trabalho teve, no setor de serviços, sua maior contribuição, com 1.226.026 vagas criadas. Foram 9.284.923 admissões ante a 8.058.897 desligamentos. O setor de comércio agregou outras 643.754 vagas

(4.889.494 admissões e 4.245.740 desligamentos), enquanto a Indústria gerou 475.141 novas vagas (3.352.363 admissões e 2.877.222 desligamentos) em 2021. As atividades de construção criaram 244.755 vagas (2.017.403 admissões e 1.772.648 desligamentos), enquanto agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura teve 140.927 novas vagas com carteiras assinadas (1.155.619 admissões e 1.014.692 desligamentos).

O estoque (quantidade total de vínculos formais ativos) no acumulado do ano apresentou variação de

7,08% (na comparação com 1º de janeiro de 2021).

Já em dezembro, o saldo de empregos foi negativo em quatro dos cinco grupos de atividade econômica analisados. O único a apresentar saldo positivo (9.013 vagas) foi o de comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas. O saldo da indústria ficou negativo em 92.047 vagas; o da construção perdeu 52.033 postos de trabalho; o de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura registrou uma queda de 26.073 vagas; e o de serviços diminuiu em 104.670 o saldo de empregos celetistas.

Contas do setor público fecham o ano no azul

THAIS BARCELLOS E CÉLIA FROUFE ESTADÃO CONTEÚDO

Impulsionado pela inflação, pela recuperação econômica e pelo maior consumo de bens e serviços, o setor público consolidado (União, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petróleo e Eletrobras) registrou superávit em 2021 após sete anos no vermelho.

O resultado positivo foi de R\$ 64,72 bilhões, revertendo parcialmente o recorde negativo em 2020 (-R\$ 702,950 bilhões), em meio aos gastos extraordinários relacionados à pandemia de covid-19.

O dado de 2021 é o melhor resultado anual para o primário desde 2013 (R\$ 91,306 bilhões). Além disso, representa 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB). O resultado primário reflete a diferença entre receitas e despesas do setor público, antes do pagamento dos juros da dívida pública.

O superávit primário consolidado de 2021 ficou abaixo da maioria das estimativas

de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projaneiro Broadcast, que era de R\$ 75,2 bilhões.

O resultado fiscal de 2021 foi composto por um déficit de R\$ 35,872 bilhões do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS), ou 0,41% do PIB.

Já os governos regionais (Estados e municípios) influenciaram o resultado positivamente com R\$ 97,694 bilhões (1,13% do PIB), a maior da série histórica. O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, disse que houve aumento de 15,8% na arrecadação do ICMS no ano passado em relação a 2020, já descontada a inflação. Enquanto os Estados registraram um superávit de R\$ 78,198 bilhões, os municípios tiveram resultado positivo de R\$ 19,496 bilhões. As empresas estatais registraram superávit primário de R\$ 2,906 bilhões.

A XP Investimentos estima que, diante do cenário de mais gastos e menor receita, as contas do setor público devem voltar ao negativo este ano (nas projeções da

corretora, o resultado negativo deste ano deve ser equivalente a 0,6% do PIB). "Primeiro, haverá maiores gastos tanto no governo central quanto nos regionais, com a mudança no teto de gastos (regra que atrela o crescimento das despesas à inflação) e o ciclo eleitoral", afirma o economista da XP Tiago Sbardelotto, em nota. "Adicionalmente, as receitas terão um menor aumento na margem devido à desinflação dos preços das commodities (produtos básicos, como minério e alimentos) e à desaceleração da atividade econômica."

O banco americano Goldman Sachs também prevê piora no quadro fiscal. "Esperamos que a cena fiscal se deteriore novamente em 2022, o saldo fiscal primário e geral e a dívida pública como proporção do PIB nos níveis federal e subnacional, devido ao crescimento abaixo da tendência, taxas de juros reais elevadas e novas deteriorações do resultado primário", escreve o economista do Goldman Sachs Alberto Ramos, em relatório. "A partir de 2022, a infla-

ção passa a jogar contra o fiscal", disse economista-chefe do C6 Bank, Felipe Salles. "Como a inflação acelerou muito em 2021, a arrecadação subiu e os gastos ficaram mais controlados, o que ajuda no primário. Quando a inflação desacelera, o efeito é o contrário, por isso, em 2022, os gastos tendem a crescer com a inflação de 2021 e a arrecadação com a de 2022, que será cortada pela metade", explicou.

NA CONTA COM JUROS, RESULTADO NEGATIVO

Quando se leva em conta os gastos com os juros da dívida, o setor público consolidado registrou um déficit nominal de R\$ 383,664 bilhões em 2021, após rombo de R\$ 1.015 bilhão em 2020. O resultado equivale a 4,42% do PIB. O resultado nominal representa a diferença entre receitas e despesas do setor público, já após o pagamento dos juros da dívida pública.

Os governos regionais tiveram saldo positivo de R\$ 61,750 bilhões, enquanto as empresas estatais registraram déficit nominal de R\$ 2,264 bilhões.

PONTO DE VISTA

Expectativas delirantes

Luiz Holanda

O dia 12 de julho de 2017 ficou na História. Apesar das idas e vindas do nosso Judiciário sobre a Lava Jato, a prisão de Lula certamente o ajudará a conquistar votos nas próximas eleições. A estratégia é se fazer de vítima, principalmente depois das decisões anulando vários dos processos comandados pelo também candidato a presidência da República, Sérgio Moro, na época juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.

Moro condenou Lula à prisão pela prática de crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, cujas penas, somadas, totalizaram nove anos e seis meses de reclusão em regime fechado. A condenação foi mantida pelo Tribunal Regional Federal — TRF4, que aumentou a pena para 12 anos e um mês. O crime de corrupção passiva atribuído ao petista teria sido pelo suposto recebimento de propina oriunda de contratos do Consórcio CO-NEST/RNEST com a Petrobras, e paga pela OAS a agentes políticos do PT. A quantia

atinge o montante de 2.252.472,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e setenta e dois reais), incluídos o preço e as reformas do famoso triplex.

Já o crime de lavagem de dinheiro foi pela suposta aquisição de um apartamento com documentos falsos e sem o pagamento correspondente, caracterizando uma conduta de dissimulação e ocultação, reunindo os elementos configuradores do ato delituoso. Lula permaneceu preso por um ano, sete meses e um dia na Superintendência da polícia Federal em Curitiba, no Paraná, até conquistar a liberdade depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as prisões após condenação em segunda instância.

Posteriormente, o ministro Edson Fachin decretou a incompetência do Juiz Sergio Moro para julgar Lula, anulando as condenações do ex-presidente no âmbito da Operação Lava Jato, tendo como justificativa a incompetência da 13ª Vara de Curitiba, que, no dizer do ministro, não era

o "juízo universal" de fatos ligados à Operação Lava Jato. O plenário do STF manteve a decisão por 8 votos a 3. O ministro Nunes Marques abriu divergência quanto ao voto do relator por entender que o crime do qual Lula foi condenado aconteceu em detrimento da Petrobras, justificando, assim, a competência do juízo da 13ª Vara por conexão.

Nunes Marques afirmou que era "necessário se preservar a competência de Curitiba, em prestígio à segurança jurídica à luz das asserções da acusação, tão reiteradas pelo Supremo". Fachin atendeu a um pedido de habeas corpus da defesa de Lula e declarou a incompetência da Justiça Federal do Paraná nos casos do Triplex do Guarujá, do sítio de Atibaia e das doações ao Instituto Lula.

Agora, os processos serão analisados pela Justiça Federal do Distrito Federal, o qual poderá validar (ou não) os atos praticados pela 13ª Vara de Curitiba. Por enquanto, está tudo parado. O momento é de eleição. Enquanto isso, o marketing político do ex-presidente Lula soube aproveitar o momento para dizer que Lula é inocente e Moro parcial, pois condenou o ex-presidente sem nenhu-

ma prova concreta.

Para muitos, a Lava Jato morreu, mas para 76% da população, ela fez muito bem ao Brasil. Realmente, nunca se combateu tanto a corrupção no país como no tempo da Lava Jato. A percepção de 64% da população é que ela acabou, mas para 35%, ela ainda vive. Seja como for, a Lava Jato está servindo para impulsionar a candidatura de Lula, apontado nas pesquisas como o futuro presidente do Brasil, podendo, inclusive, ganhar no primeiro turno, se nenhum fato novo surgir no tabuleiro da política.

Há um verdadeiro delírio sobre o assunto. Lula pretende a criação de uma federação de partidos para decidir a eleição logo no primeiro turno. Mesmo se considerando que na política nada é certo, o fato é que, quem ganhar, vai ter muito trabalho para colocar o país nos eixos. Cedo ou tarde alguém poderá explorar o que disse Moro para a imprensa: que atualmente ninguém está sendo investigado ou punido por corrupção. Até lá, o delírio é ganhar logo no primeiro turno. Pelos menos é a expectativa dos candidatos

Luiz Holanda é advogado e professor universitário

BB empresta, mesmo sem garantias, R\$ 775 mi a estados e municípios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

prestações.

A Constituição proíbe a vinculação de impostos a despesas específicas, exceto em contratos de garantia ou contragarantia com a União.

Ex-integrantes da equipe econômica, ouvidos reservadamente pela reportagem, avaliam que o formato da operação do BB pode representar um dribble à vedação, pois o desconto acaba recaindo sobre eventuais receitas de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e serviços - **ICMS** (estadual) e Imposto Sobre Serviços - **ISS** (municipal) depositadas naquela conta.

Fonte: Bahia.ba

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Em 2021, o Banco do Brasil emprestou R\$ 775 milhões a estados e municípios em 161 operações sem qualquer garantia para caso de inadimplência.

Caso o governo beneficiado deixe de pagar as parcelas, a instituição financeira não poderá recorrer à União (como ocorre em operações com garantia do Tesouro).

As operações foram localizadas pela Folha de S.Paulo em base de dados do Banco Central. A própria autoridade monetária confirmou à reportagem que o tipo de registro usado para classificar os contratos sinaliza a ausência de qualquer garantia material vinculada ao financiamento.

Para compensar eventual prejuízo, o banco se fia em uma autorização contratual para debitar os valores das parcelas diretamente das contas dos entes que contrataram o financiamento.

O aval também é consignado na legislação local (municipal ou estadual) e dispensa a emissão de nota de empenho, ou seja, o banco não precisa de nova anuência do governante para descontar os valores das

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 31/01/2022	Coluna: Economia



BANCO DO BRASIL EMPRESTOU QUASE R\$ 800 MI A ESTADOS E MUNICÍPIOS SEM GARANTIAS



admin 31 Janeiro, 2022

Em 2021, o Banco do Brasil emprestou R\$ 775 milhões a estados e municípios em 161 operações sem qualquer garantia para caso de inadimplência.

Caso o governo beneficiado deixe de pagar as parcelas, a instituição financeira não poderá recorrer à União (como ocorre em operações com garantia do Tesouro).

As operações foram localizadas pela Folha de S.Paulo em base de dados do Banco Central. A própria autoridade monetária confirmou à reportagem que o tipo de registro usado para classificar os contratos sinaliza a ausência de qualquer garantia material vinculada ao financiamento.

Para compensar eventual prejuízo, o banco se fia em uma autorização contratual para debitar os valores das parcelas diretamente das contas dos entes que contrataram o financiamento.

O aval também é consignado na legislação local (municipal ou estadual) e dispensa a emissão de nota de empenho, ou seja, o banco não precisa de nova anuência do governante para descontar os valores das prestações.

A Constituição proíbe a vinculação de impostos a despesas específicas, exceto em contratos de garantia ou contragarantia com a União.

Ex-integrantes da equipe econômica, ouvidos reservadamente pela reportagem, avaliam que o formato da operação do BB pode representar um drible à vedação, pois o desconto acaba recaindo sobre eventuais receitas de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e serviços – ICMS (estadual) e Imposto Sobre Serviços – ISS (municipal) depositadas naquela conta.



Bahia se consolida como maior produtora de cacau do Brasil

31 janeiro 2022

Foto: Pedro Moraes/GOVBA

A Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau divulgou, em janeiro, dados consolidados sobre o recebimento de amêndoas de todo o Brasil. Os números mostram que a Bahia, em 2021, bateu um recorde histórico, com a entrega de 140.928 toneladas de amêndoas de cacau, um aumento de 39,72% em relação ao ano anterior, quando o estado produziu 100.864 toneladas, quantidade que já o situava, com folga, como o maior produtor de cacau do Brasil. Os números de 2021 consolidam a liderança e ainda representam o melhor resultado da Bahia desde 2017.

“Somos os maiores produtores de cacau do Brasil e isso é motivo a ser muito comemorado. Ainda mais nesse momento, em que estamos reorganizando toda a cadeia produtiva do fruto na Bahia, agregando valor ao produto e incentivando a criação de fábricas de chocolate no estado. Na região do sul da Bahia já existem mais de 100 marcas de chocolate de origem e o que estamos vivendo é um novo e poderoso ciclo do cacau em nosso estado”, comentou o

secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado, João Carlos Oliveira.

Os números da AIPC mostram que a Bahia entregou, em 2021, 71,30% do total de amêndoas recebidas pelas indústrias produtoras. O estado segundo colocado, o Pará, entregou, em 2021, 25,21% do total da amêndoa processada, apresentando uma produção total de 49.821 toneladas. Enquanto de 2020 para 2021, a produção baiana de cacau cresceu 39,72%, a do Pará decresceu 24,67% (foram 66.133 toneladas em 2020).

A cadeia produtiva do cacau vive um momento de incremento na Bahia. Além da ótima performance de produção e do agigantamento do número de marcas de chocolate no estado, há também um reconhecimento internacional à qualidade dessa amêndoa.

No último mês de dezembro, as amêndoas de cacau da Bahia foram destaque no Cocoa Of Excellence – COEX2021. O produtor João Tavares, da cidade de Uruçuca, recebeu a Medalha de Ouro no concurso realizado em Paris, na França. E a produtora Angélica Maria Tavares, também de Uruçuca, ganhou a Medalha de Prata no renomado evento internacional, considerado o mais importante no mundo para o setor.

Um mês antes, em novembro, durante a III Edição do Concurso Nacional do Cacau, a produtora Cláudia Calmon de Sá, de Itabuna, havia levado o primeiro lugar na categoria Varietal; o segundo lugar também ficou na Bahia, premiando a produção da Fazenda Vale do Juliana Fruticultura, localizada no município de Igrapiúna.

“Nosso crescimento é bem alicerçado, pois não se dá apenas nos números de produção, mas, também, na excelência de nossas amêndoas. Somam-se a isso os avanços no manejo técnico da produção no sistema Cabruca, a expansão do plantio do cacau em áreas não tradicionais, como a região Oeste da Bahia, e ainda a agregação de valor ao produto, a partir da produção de chocolate de origem. Tudo isso contribuiu para que a Bahia, no tangente ao setor do cacau, atingisse um outro patamar, um patamar mais elevado”, explicou o secretário João Carlos.

AIPC

A Associação das Indústrias Processadoras de Cacau atua no mercado desde 2014. O Conselho Diretor é composto pelas empresas Barry Callebaut, Cargill e Olam, que, juntas, respondem por aproximadamente 95% da compra e moagem do cacau no Brasil.

O setor do cacau responde por mais de 4 mil empregos diretos e indiretos, sendo um dos elos de uma cadeia de mais de 250 mil pessoas, na qual estão incluídos desde produtores rurais até trabalhadores das indústrias de chocolate. Estima-se que esse setor represente cerca de R\$ 23 bilhões anuais de valor gerado ao país.

Atualmente, a produção de cacau no Brasil está concentrada nos estados da Bahia, Pará, Espírito Santo e Rondônia. Dados da AIPC mostram que cerca de 93 mil produtores rurais se dedicam ao cacau em terras brasileiras, sendo a maior parte pequenos produtores que praticam a agricultura familiar em áreas entre 5 e 10 hectares.

Fonte: Ascom/Seagri



Previdência Estadual amplia prazo para prova de vida de beneficiários convocados de janeiro

31 janeiro 2022

Foto: Divulgação/Saeb

O governo baiano acaba de prorrogar para 10 de fevereiro a data limite para que os aposentados e pensionistas convocados para a prova de vida em janeiro possam executar o procedimento sem sofrer impacto no recebimento dos seus proventos. A expectativa da Superintendência de Previdência do Estado (Suprev) é de que a ampliação do período evite o bloqueio do pagamento dos 4.093 beneficiários que não atenderam a chamada da unidade dentro do prazo previsto.

Para a coordenadora de Relacionamento com o Beneficiário, Sílvia Machado, o ritmo de realização da prova de vida está de acordo com o esperado, tendo em vista a interrupção de quase dois anos na rotina de execução do procedimento

ocasionada pela pandemia do coronavírus. “Estamos concluindo o primeiro mês, com mais de 65% dos beneficiários recadastrados dentro do prazo regular”, ressalta a coordenadora.

Cronograma

Em paralelo ao grupo de janeiro, já podem agendar a prova de vida também os cerca de 10 mil convocados pela Suprev para o mês de fevereiro. O cronograma definido pelo órgão segue o mês de aniversário do aposentado ou do ex-servidor falecido que gerou a pensão previdenciária, e é este período que deve ser seguido para evitar bloqueios. “A prova de vida permite à Previdência ter mais controle sobre seus beneficiários, evitando pagamentos indevidos e tentativas de fraudes”, explica Sílvia.

Para garantir mais comodidade e segurança aos beneficiários, o procedimento está sendo feito por vídeoatendimento ou presencialmente nos postos da Rede SAC. Em qualquer opção, é preciso realizar agendamento prévio por meio do [SAC Digital](#) ou no call center da Suprev pelos telefones 0800 071 5353 (para chamadas de telefone fixo, celular ou DDD) e (071) 4020-5353 (para ligações originadas do interior do estado e de celular). Mais informações podem ser conferidas no [Portal do Servidor](#).

Fonte: Ascom/Saeb



Reconstrução de áreas afetadas pelas chuvas pode chegar a R\$ 1,5 bilhão, diz secretário Manoel Vitório

31 janeiro 2022

Ao enfatizar a pronta atuação do Estado para socorrer as vítimas da maior tragédia climática da história da Bahia, tendo à frente o governador Rui Costa, o secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitório, avalia que o custo das fortes chuvas sobre as áreas afetadas poderá chegar a R\$ 1,5 bilhão, ultrapassando a cifra de R\$ 1 bilhão prevista inicialmente. A previsão envolve obras urgentes inclusive em rodovias federais afetadas, e os municípios precisam de mais recursos e amparo da União. Mas o governo baiano não vai esperar, afirma Vitório. “O que for necessário e estiver ao alcance do Estado será feito”.

Diante da tragédia, observa o secretário, “o governo baiano começou abrigoando as famílias, distribuindo itens básicos e concedendo crédito a pequenos empresários, e as ações de infraestrutura já estão encaminhadas”. O trabalho liderado pelo governador “demonstrou mais uma vez como atua uma gestão solidária e presente na vida da população”, argumenta Vitório, contrastando esta atitude com a postura errática do governo federal nesta e em outras emergências, como a pandemia.

Ele ressalta ainda que a prontidão da Bahia reflete uma liderança alinhada à agenda da sociedade, à frente de um Estado bem estruturado e portanto apto a responder aos desafios, ainda que inesperados. A Bahia, lembra o secretário, está preparada para despesas extraordinárias por ter adotado um modelo de gestão baseado em qualidade do gasto, modernização do fisco e combate à sonegação. Por conta desta estratégia, observa, o governo tem conseguido lidar bem com as limitações vividas por um estado nordestino, que tem a maior parte do território no semiárido.

“A Bahia está entre os estados que mais investem no país há muitos anos, e mantém as contas em dia graças a um modelo de trabalho implantado ao longo de sucessivas gestões e aperfeiçoado desde os passos iniciais em 2007, na primeira administração de Jaques Wagner”, afirma. Em sua fórmula, lembra

Vitório, o Modelo Bahia de Gestão é pautado pelo bom senso na hora de administrar os recursos públicos, “um ingrediente simples mas cada vez mais raro em tempos de populismo nas mídias sociais”.

Manter o equilíbrio

“Nossa tarefa é manter o Estado na rota do desenvolvimento, não importa se há vento contrário. Somos otimistas quando há pessimismo. Quando há muito otimismo, por outro lado, mantemos os pés no chão, conectados à realidade”.

A diretriz maior do governo baiano tem sido manter o equilíbrio das contas neste período em que o Brasil passou por sucessivas crises econômicas, diz Vitório. “Agora mesmo acabamos de vencer os obstáculos de mais um ano e o governo continuou investindo fortemente em infraestrutura, saúde, educação, segurança e outras áreas”. O propósito é seguir neste ritmo em 2022, preparando o terreno para a sonhada recuperação econômica brasileira. “A retomada talvez não venha este ano, mas poderá se concretizar em 2023, quando, temos certeza, novos ares passarão a soprar a partir de Brasília”.

Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)



SEI Bahia ultrapassa marca de 1000 tipos de processos implantados pelos órgãos

31 janeiro 2022

Foto: Divulgação/Saeb

O SEI Bahia, software de tramitação eletrônica adotado pelo governo baiano, acaba de ultrapassar a marca de 1.000 diferentes tipos de processos implantados pelos mais diversos órgãos do Poder Executivo Estadual. O número foi alcançado após a publicação no último dia 18 de janeiro, no Diário Oficial do Estado, da portaria no 15, da Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP-BA), que estabelece obrigatoriedade de tramitação no sistema para 21 tipos de processos utilizados pelo órgão, sete deles implantados pela própria SSP.

No total, já tramitam eletronicamente no Estado 693 tipos de processos finalísticos e 310 sistêmicos. Os processos finalísticos são aqueles relacionados a atividades específicas de determinados órgãos estaduais – diferente dos sistêmicos, adotados pelas mais diversas unidades do Estado.

O coordenador do SEI Bahia, Marcio Souza, relata que ao longo do último ano foi dado um grande impulso à implantação destes processos pelos órgãos.

“Com a pandemia, muitas unidades viram no SEI Bahia uma oportunidade de facilitar a realização de procedimentos a distância; em especial, com a criação do módulo de peticionamento eletrônico, que permite ao cidadão interagir com o Estado por meio do sistema”, afirma Marcio.

No caso da SSP, os tipos de processos finalísticos recém-implantados dizem respeito, em sua maioria, a uma série de procedimentos relacionados às operações de segurança pública, incluindo desde o processo de planejamento e definição de estratégia operacional até a geração de estatísticas e indicadores, as rotinas para a execução de serviços em horário extraordinário e deslocamento de efetivos para apoio ou reforço a unidades, além de atividades relacionadas à segurança de grandes eventos como Carnaval e São João.

Em outra vertente, também foi implantado no SEI Bahia um tipo de processo para controle dos diversos pleitos solicitados ao secretário da pasta. “A Secretaria de Segurança Pública recebe um grande número de ofícios em papel, com as mais diversas solicitações de cidadãos de todo Estado, e a tramitação eletrônica vai permitir uma gestão melhor desta documentação”, explica o capitão PM Eric Sampaio Teles, coordenador de Qualidade da Superintendência de Telecomunicações da SSP.

Na visão do capitão, o maior benefício do processo eletrônico é o ganho da celeridade para os processos. “Uma determinação formal, ou até mesmo um documento necessário à execução de uma atividade operacional podem estar disponíveis em tempo imediato, na palma da mão do operador; assim é possível, por exemplo, que os mandados de busca e apreensão tramitem sem a necessidade de deslocamento de portadores, o que acelera o processo e contribui para o sucesso da missão”, resume o coordenador.

Fonte: Ascom/Saeb

mercado

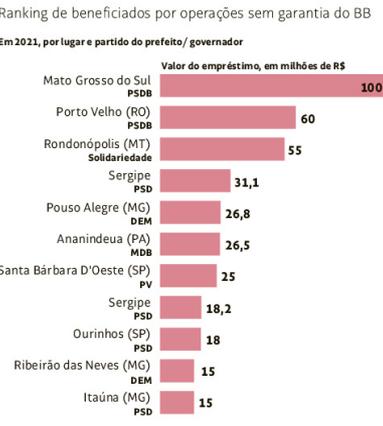
BB presta R\$ 775 milhões a entes federativos sem garantia

Banco desconta parcelas direto da conta de governos regionais; críticos veem risco

Idiana Tomazelli
BRASÍLIA O Banco do Brasil emprestou no ano passado R\$ 775 milhões a estados e municípios em 161 operações sem nenhuma garantia para caso de inadimplência.
Caso o governo beneficiado deixe de pagar as parcelas, a instituição financeira não poderá recorrer à União (como ocorre em operações com garantia do Tesouro).

dação, pois o desconto acaba recaindo sobre eventuais receitas de ICMS (estadual) e ISS (municipal) depositadas naquela conta.
Técnicos do atual governo também veem com estranheza o arranjo adotado pelo banco e afirmam que a solução é arriscada, pois pode ser interpretada como um drible às vedações impostas pela Constituição.
Interlocutores da instituição, porém, afirmam que há conforto do ponto de vista jurídico com o desenho adotado.
O Banco do Brasil tem preferência por esse modelo, em vez de atrelar as prestações diretamente a repasses realizados por meio do FPE (Fundo de Participação dos Estados) ou do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) — modelo adotado pela Caixa.
Em 2018, a AGU (Advocacia-Geral da União) emitiu um parecer vinculante permitindo que os bancos federais aceitem recursos de FPE e FPM como garantia, após integrantes do governo questionarem a regularidade da operação.
Os fundos são veículo de repasse de receitas de impostos federais aos governos regionais, o que, no entendimento de técnicos do governo, tornava a garantia legal. Em meio à polêmica, a Caixa chegou a sustentar esse tipo de operação, que enfrentava resistências dentro do próprio banco.
A AGU (Advocacia-Geral da União) entrou em campo e emitiu um parecer vinculante afirmando que as receitas dos fundos são transferências

Banco do Brasil empresta milhões a estados e municípios sem cobrar garantia em caso de inadimplência



Fontes: Banco Central e Confederação Nacional dos Municípios

Esses financiamentos são lastreados pelo fluxo de caixa futuro do ente público que transita pelo banco, estrutura (...) cuja inadimplência atual é zero
Banco do Brasil, em nota

o, portanto, mudam de natureza. Se não eram impostos, a garantia seria legal.
A Caixa é a principal usuária desse expediente. Em 2021, foram concedidos R\$ 5,4 bilhões a estados e municípios tendo a arrecadação de FPE e FPM como garantia imediata.
Segundo a AGU, o parecer permitiu aos governos regionais oferecer essa garantia a todas as instituições financeiras federais — o que inclui o Banco do Brasil. O banco pode ou não aceitar a oferta.
Dentro do BB, no entanto, a avaliação é que não há segurança jurídica para vincular diretamente os fundos de participação como garantias de empréstimos, mesmo com o parecer da AGU.
A ausência de qualquer garantia formalizada no contrato chama a atenção de integrantes do governo, pelo risco representado para a instituição financeira e pelo ônus para quem contrata a operação.
Para compensar o risco, os estados e os municípios que contrataram esses créditos aceitaram pagar taxas de juros que variam de 159,4% a 230% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, uma aplicação com rendimento próximo à taxa Selic, hoje em 9,25% ao ano).
Isso significa que os governos podem precisar bancar taxas próximas a 20% ao ano para obter o crédito.
Os percentuais são considerados elevados. Na avaliação de técnicos que já atuaram na análise desse tipo de operação dentro do governo federal, é como se a instituição não tivesse interesse em financiar quem pediu o crédito e, por isso, subiu o sarrado dos juros.
O Tesouro informou que, segundo esses técnicos, é que o dinheiro é liberado a curto prazo, enquanto os pagamentos são feitos ao longo de vários anos, não raro uma década. Gestores da ocasião podem sentir compelidos a aceitar custos elevados porque não terão de pagar a futura.
Nesse contexto, o custo dos financiamentos pode criar uma bola de neve para futuras administrações nesses municípios ou estados.
Em 2020, o volume dos empréstimos do Banco do Brasil a estados e municípios sem nenhuma garantia era menor, de R\$ 298,2 milhões. Não há registro de contratos nesse formato em 2019.
Procurado, o BB informou que realiza essa modalidade de operação desde 2009, mediante a observação de "critérios técnicos".
"Nessas operações, o BB conta com metodologia própria para avaliação do crédito e capacidade de pagamento de estados e municípios", afirmou.
"Esses financiamentos são lastreados pelo fluxo de caixa futuro do ente público que transita pelo banco, estrutura que garante a sustentabilidade da carteira, cuja inadimplência atual é zero", disse a instituição financeira.
Em 2018, após a polêmica envolvendo o Caixa, o Banco Central endureceu as regras de alocação de capital nos empréstimos a estados e municípios sem garantia da União.
Na prática, a medida do BC exige que os bancos travem uma fátia maior de seu capital próprio sempre que quiserem emprestar nessa modalidade. Isso tem um custo para a instituição, pois ela perde a oportunidade de alavancar volumes maiores de crédito.
A mudança foi feita considerando o maior risco das operações sem garantia.
A Folha questionou o BC sobre as operações do Banco do Brasil, mas a autoridade não se quis comentar.
O Tesouro informou que questionamentos sobre relações comerciais e garantias "devem ser direcionadas diretamente às instituições financeiras credoras das referidas operações de crédito". O BB disse seguir as regras do Banco Central.

Public notices from various municipalities including Prefeitura Municipal de Getulina, Município de São Bernardo do Campo, Governo do Estado da Bahia, and Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Alimentação de São Paulo.

PF mira identificação de patrimônio oculto de grandes devedores da União

Marcelo Rocha
BRASÍLIA A Polícia Federal traçou como uma de suas prioridades investigações para identificar patrimônio oculto de grandes devedores da União. A investida é fruto de uma estratégia focada em definir os principais crimes e alvos a serem perseguidos.
A dívida ativa com a União é hoje superior a R\$ 2,6 trilhões. Em 2021, o governo federal divulgou a estimativa de recuperar cerca de R\$ 485 bilhões nos próximos 15 anos.
A ideia da corporação é, em parceria com outros órgãos, rastrear indícios de blindagem patrimonial: o uso ilícito de uma estrutura para proteger patrimônios.
Dentro da lei, empresas ou pessoas físicas podem lançar mão de mecanismos para proteger bens e direitos de eventuais riscos futuros. Uma estrutura que separe o patrimônio dos proprietários é um exemplo muito comum.
A ferramenta, porém, se torna ilegal se usada para fraudar credores ou impedir o pagamento de obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas. Uma forma de blindagem patrimonial, termo usado pelos investigadores, é a abertura de CNPJs paralelos, com sócios aparentes, para receber bens e valores de empresas devedoras.
Os crimes fazendários são responsabilidades de área vinculada à Dicor (Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção).
Caso relevante de abordagem nessa seara, apontou a Folha um integrante do comando da PF: foi a ação que mirou grupo empresarial de Pernambuco acusado de dever mais de R\$ 8,6 bilhões em tributos aos cofres públicos, além de R\$ 55 milhões em passivos trabalhistas.
A Operação Background, deflagrada em 2021 contra o Grupo João Santos, é considerada pela cúpula da corporação um modelo a ser reproduzido em todo o país.
O trabalho, diz a PF, resultou na apreensão e sequestro de bens e valores que somados superam R\$ 1 bilhão.
A pesquisa levantou 216 imóveis e 1.300 automóveis vinculados aos investigados. Carros de luxo, embarcações, obras de arte, joias e relógios foram apreendidos.
O advogado Taneu Farias, responsável pela defesa do Grupo João Santos, afirmou que as empresas investigadas negociam com a União uma solução para o passivo fiscal federal e que tal providência já vinha sendo tomada antes mesmo da ação policial.
" Tanto que, de 2018 a 2021, mais de R\$ 300 milhões foram pagos só de [obrigações] trabalhistas", afirmou Farias, em nota enviada à reportagem.
De acordo com ele, os diretores das empresas investigadas estranharam a deflagração da operação sem pedido de esclarecimento anterior e que, desde então, a posição do grupo tem sido a de demonstrar a inexistência de crimes com a juntada de documentos e depoimentos.
Relatório indíto da apuração obtido pela Folha mostra como os policiais destrincharam o emaranhado de conexões societárias criado, segundo eles, para esconder imóveis e dinheiro do conglomerado pernambucano e de seus sócios.
Dono do Cimento Nassau e que chegou a englobar quase 50 empresas, o grupo foi alvo de mandados de busca e apreensão em Pernambuco, São Paulo, Amazonas e no Distrito Federal.
A PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) atuou em parceria com a polícia e levantou suspeitas de que o grupo estaria por trás de irregularidades para escapar do fisco.
A Divisão de Acompanhamento de Grandes Devedores da Procuradoria Regional na Fazenda Nacional em Pernambuco apontou indícios de fraudes à execução de dívidas e "circulação milionária de recursos financeiros entre empresas da rede societária sem justificativa econômica".
De acordo com o relatório policial, o grupo e seus responsáveis praticaram crimes de apropriação indébita tributária, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e fraudes a execuções trabalhistas, "tudo isso de forma estruturada e com divisão de tarefas (organização criminosas)".
Em 2017, com os negócios em declínio e após perder uma causa trabalhista, segundo os autos da apuração, alguns bens do grupo foram bloqueados pela Justiça e valores. Porém, não em valor suficiente para a quitação integral de dívidas com funcionários.
A partir de então, afirmaram os policiais, os sócios promoveram o esvaziamento patrimonial para escapar das obrigações não só trabalhistas, mas também com o fisco, bancos e fornecedores.

Public notices from various municipalities including Prefeitura Municipal de Faturta, Prefeitura Municipal de São Paulo, and Prefeitura Municipal de São Paulo.

Governo joga para o Congresso declaração sobre impostos dos alimentos

31 DE JANEIRO DE 2022

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse nesta segunda-feira que o governo desistiu de enviar ao Congresso uma PEC (proposta de constitucional) para reduzir os impostos sobre emendas orgânicas. A solução, disse ele, deve vir do próprio Parlamento.

O governo já vinha desidratando a proposta desde sua apresentação inicial, há duas semanas, principalmente por resistências internas. Primeiro, desistiu da criação de um fundo para estabilizar os preços, depois, limitar os benefícios da PEC ao diesel.

Agora, disse Bolsonaro, “deveria uma proposta para os governos federais e apresentar uma redução ou zero de impostos sobre o diesel e o gás de cozinha”. Se o Congresso der essa opção, completou, o governo zero ou PIS/Cofins sobre o diesel.

O imposto custa hoje R\$ 0,33 por litro ao consumidor. O governo federal já havia zerado a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre o diesel em 2018. Se zerar o PIS/Cofins, deixa de arrecadar com a venda do combustível.

Bolsonaro zerou os impostos em ano sobre o gás de botijão 2020, uma PEC do Congresso não teria efeito sobre a arrecadação federal. Seria uma maneira

de pressão os estados a abrirem a mão de receita.

Em dois eventos no Rio, Bolsonaro jogou sobre os governos petistas responsabilidade pelos altos preços dos combustíveis, afirmando que a política comercial da Petrobras tem o objetivo de reduzir o elevado endividamento deixado na empresa por gestões anteriores.

“Alguns acham que não pode ficar pior, gasolina a R\$ 7, diesel acima de R\$ 5, energia...”, comentou o presidente, dizendo que a situação no Brasil é mais confortável do que em outros países, como os europeus.

“Alguém acha que se o bandido voltar para cá, vai voltar a gasolina para R\$ 3? Ele já fez no passado, o que elevou o endividamento de vocês”, afirmou, dirigindo-se a uma plateia formada por empregados da Petrobras pela manhã.

A escalada dos preços dos combustíveis gera grande preocupação no governo às vésperas da disputa pela reeleição de Bolsonaro. Na última semana, o litro da gasolina ultrapassou o valor simbólico de R\$ 8 em Angra dos Reis, no litoral sul do Rio de Janeiro.

Na média nacional, o valor é menor, R\$ 6,664, mas permanece nos maiores patamares da história, pressionada pela recuperação das cotações internacionais do petróleo e pelo real desvalorizado.

Para especialistas no mercado, a tendência é de novos aumentos, já que a defasagem em relação às cotações internacionais continua alta, mesmo com o dólar apresentando sinais de queda nos últimos dias.

Veículo: Política Livre	
Data: 31/01/2022	Caderno: Economia



31 de janeiro de 2022 | 18:15

Governo joga para o Congresso decisão sobre impostos dos combustíveis

ECONOMIA

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse nesta segunda-feira (31) que o governo desistiu de enviar ao Congresso uma PEC (proposta de emenda constitucional) para reduzir os impostos sobre os combustíveis. A solução, disse ele, deve vir do próprio Parlamento.

O governo já vinha desidratando a proposta desde sua apresentação inicial, há duas semanas, principalmente por resistências internas. Primeiro, desistiu da criação de um fundo para estabilizar os preços, depois, limitou os benefícios da PEC ao diesel.

Agora, disse Bolsonaro, “o Parlamento deve apresentar uma proposta permitindo os governos federal e estaduais a diminuir ou até zerar impostos sobre o diesel e o gás de cozinha”. Se o Congresso der essa opção, completou, o governo zera o PIS/Cofins sobre o diesel.

O imposto custa hoje R\$ 0,33 por litro ao consumidor. O governo federal já havia zerado a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) sobre o diesel em 2018. Se zerar o PIS/Cofins, deixa de arrecadar com a venda do combustível.

Bolsonaro zerou os impostos federais sobre o gás de botijão em 2020, então uma PEC do Congresso não teria efeito sobre a arrecadação federal. Seria uma maneira de pressionar os estados a abrirem mão de receita.

Em dois eventos no Rio, Bolsonaro jogou sobre os governos petistas responsabilidade pelos altos preços dos combustíveis, afirmando que a

política comercial da Petrobras tem o objetivo de reduzir o elevado endividamento deixado na empresa por gestões anteriores.

“Alguns acham que não pode ficar pior, gasolina a R\$ 7, diesel acima de R\$ 5, energia...”, comentou o presidente, dizendo que a situação no Brasil é mais confortável do que em outros países, como os europeus.

“Alguém acha que se o bandido voltar para cá, vai voltar a gasolina para R\$ 3? Ele já fez no passado, o que elevou o endividamento de vocês”, afirmou, dirigindo-se a uma plateia formada por empregados da Petrobras pela manhã.

A escalada dos preços dos combustíveis gera grande preocupação no governo às vésperas da disputa pela reeleição de Bolsonaro. Na última semana, o litro da gasolina ultrapassou o valor simbólico de R\$ 8 em Angra dos Reis, no litoral sul do Rio de Janeiro.

Na média nacional, o valor é menor, R\$ 6,664, mas permanece nos maiores patamares da história, pressionada pela recuperação das cotações internacionais do petróleo e pelo real desvalorizado.

Para especialistas no mercado, a tendência é de novos aumentos, já que a defasagem em relação às cotações internacionais continua alta, mesmo com o dólar apresentando sinais de queda nos últimos dias.

Veículo: G1	
Data: 01/02/2022	Caderno: Economia



Governo age para evitar que oposição capture pauta dos combustíveis

01/02/2022 08h46 Atualizado há 34 minutos



Governo teme que pauta da redução do preço dos combustíveis vire uma bandeira da oposição

Com a decisão do governo de enviar uma [proposta limitada ao Congresso para tentar controlar o preço do diesel](#), apenas com a redução de impostos federais, aliados do presidente Jair Bolsonaro temem que a oposição se torne protagonista na discussão de um fundo de estabilização dos combustíveis. Por isso, ministros políticos da equipe de Bolsonaro conversam com o futuro líder do governo no Senado, Alexandre Silveira (PSD-MG), para propor um texto alternativo. Essa proposta abarcaria a criação de um fundo de estabilização mais amplo, com vistas à combater a volatilidade dos derivados de petróleo no médio e longo prazo.

O governo foi alertado de que o Senado quer apressar as discussões de um projeto do senador Jean Paul Prates (PT-RN), que cria um programa de estabilização do preço do petróleo de derivados. Se esse texto andar, o governo veria a oposição dominar a discussão sobre como conter a disparada do preço dos combustíveis.

Na última semana, o [blog revelou que o governo havia desistido de criar um fundo de estabilização](#) para os combustíveis por falta de recursos. Mesmo que focasse apenas no diesel e GLP (gás de cozinha), o fundo teria que receber um aporte estimado em R\$ 60 bilhões. Optou, portanto, apenas em reduzir impostos do diesel – informação confirmada nesta segunda-feira (31) pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).



Em ano eleitoral, tentar conter alta dos combustíveis é prioridade para Bolsonaro

A medida repete uma ação que o governo chegou a fazer por três meses no ano passado, mas que não teve efeito prático nos preços final, pago pelos consumidores, porque o preço do barril de petróleo seguiu subindo. O custo estimado pela área econômica é de perda de arrecadação de cerca de R\$ 18 bilhões.

Impacto eleitoral

Mesmo sem incluir a gasolina e etanol no novo plano, também pelos custos que traria aos cofres públicos, o governo quer agir para conter a escalada no preço do diesel. O foco da preocupação é o custo para o transporte urbano – municípios negociam reajustes nas passagens, o que tem alto impacto eleitoral – e a insatisfação de caminhoneiros, constante preocupação de governos.

A necessidade de o governo agir neste momento é também eleitoral. Bolsonaro e seus aliados querem dar uma resposta à reclamação da população sobre a escalada no preço dos combustíveis.

Veículo: G1	
Data: 31/01/2022	Caderno: Economia



Projeto para tentar frear alta dos combustíveis deve reduzir apenas impostos sobre diesel, diz Lira

Após reunião com Paulo Guedes, presidente da Câmara disse que redução de impostos no álcool e na gasolina está descartada. Refis do Simples deve ser restaurado: 'ninguém queria o veto'.

Por Bianca Lima e Jamile Racanicci, GloboNews e TV Globo — Brasília

31/01/2022 22h50 Atualizado há 11 horas

O presidente da [Câmara dos Deputados](#), [Arthur Lira](#) (PP-AL), afirmou nesta segunda-feira (31) que a proposta elaborada pelo governo para tentar frear a alta dos combustíveis deve afetar apenas a tributação do óleo diesel. Lira se reuniu nesta segunda com o ministro da Economia, [Paulo Guedes](#). Na saída, disse que o projeto a ser enviado ao Congresso pelo governo permitirá apenas reduzir tributos federais sobre o diesel. Estaria descartada, portanto, a redução de impostos sobre gasolina e álcool – e o governo ainda avalia alguma medida com relação ao gás de cozinha.

"Está afastada a possibilidade do fundo [de estabilização], né. E na questão da gasolina e do álcool, aparentemente, também. Então vai focar no óleo diesel. Vamos ver que medida se toma também para o gás, porque é importantíssimo", disse.

Ao longo das últimas semanas, o governo chegou a esboçar um fundo de estabilização para o preço dos combustíveis. A ideia era usar parte da arrecadação federal com os royalties do petróleo para amenizar o impacto da alta do petróleo nas importadoras – e, com isso, evitar o repasse às bombas. Nesta segunda, Lira afirmou que o fundo não será mais criado. O [blog da jornalista Ana Flor](#) no [g1](#) já havia antecipado a avaliação do Executivo de que [o governo não teria recursos suficientes para amenizar a alta do dólar e do petróleo](#) nos próximos meses.

Outra medida que chegou a ser aventada pelo Planalto foi a redução do ICMS, tributo cobrado pelos estados sobre os combustíveis. Porém, segundo Lira, agora a construção da proposta envolve apenas tributos federais. “A nossa conversa aqui [com [Paulo Guedes](#)] basicamente foi a nível de impostos federais”, disse Lira. “Aqui as discussões [se concentram] de maneira bem ampla nos impostos federais, do que o governo pode fazer”, complementou.



Valdo Cruz: 'PEC dos combustíveis é um tema urgente, mas não tem consenso no Governo e Congresso'

Renúncia fiscal sem compensação

O custo da medida aos cofres públicos é estimado em R\$ 18 bilhões por ano. Porém, a redução dos tributos federais sobre o diesel não deve vir acompanhada de uma compensação exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – seja a elevação de outros impostos ou o corte de outra despesa do governo federal.

Para evitar descumprir a LRF, o governo deve reduzir os tributos sobre o diesel de forma temporária – a exigência legal se aplica apenas às despesas permanentes.

Com a desidratação do projeto para aliviar a alta dos combustíveis, o governo deve enviar a proposta ao Congresso por meio de um projeto de lei complementar – e não mais uma proposta de Emenda à Constituição (PEC), conforme o previsto anteriormente.

Refis do Simples

Ainda, o presidente da Câmara afirmou que o Congresso deve derrubar o veto do presidente [Jair Bolsonaro](#) que impediu a criação do programa para renegociação de dívidas tributárias de microempreendedores individuais

(MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte enquadrados no Simples Nacional.

Quando sancionou o projeto aprovado pelo Congresso no início de janeiro, o presidente [Jair Bolsonaro](#) vetou integralmente o programa de renegociação de dívidas.

A justificativa para o veto, publicada no “Diário Oficial da União”, foi que a lei instituiria um benefício fiscal com renúncia de receitas sem estabelecer uma compensação.

“Ninguém queria o veto. A Economia não queria o veto, a AGU [Advocacia-Geral da União] não queria o veto, o Executivo não queria o veto. Questões técnicas levaram a isso”, afirmou Lira. “Ou se encontra uma solução, ou, claro, o veto será derrubado”.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 31/01/2022	Coluna: Economia



PEC DOS COMBUSTÍVEIS GERA TEMOR EM PAULO GUEDES, AFIRMA COLUNA



admin 31 Janeiro, 2022

Construída a quatro mãos com Paulo Guedes e Ciro Nogueira, a PEC dos Combustíveis tem causado desconforto no governo. A informação é da coluna de Lauro Jardim, do jornal O Globo.

Segundo a coluna, há um temor da Economia em relação aos jabutis que podem ser atendidos ou a ser transportados para o Ministério no Congresso nos próximos dias. Afinal, o governo sabe como a emenda chega ao Congresso, mas nunca como sai.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 31/01/2022	Coluna: Economia



COELBA OFERECE DESCONTO EM COMBUSTÍVEIS EM TROCA DE LATINHAS DE ALUMÍNIO



31 Janeiro, 2022

Uma ação da Neoenergia Coelba está oferecendo desconto no abastecimento com álcool ou gasolina em troca de latinhas de alumínio. O projeto, denominado “Vale Luz”, também dá descontos na conta de energia elétrica.

Com a iniciativa, é possível ter descontos a partir de R\$ 0,10 na conta de energia ou em combustível, fazendo, por exemplo, a troca de uma latinha de alumínio de 350 ml pela moeda simbólica do projeto, a “Merreca”. O desconto em álcool ou gasolina é válido apenas no Posto Namorado, localizado na Av. Antônio Carlos Magalhães, nº 60 – Pituba.

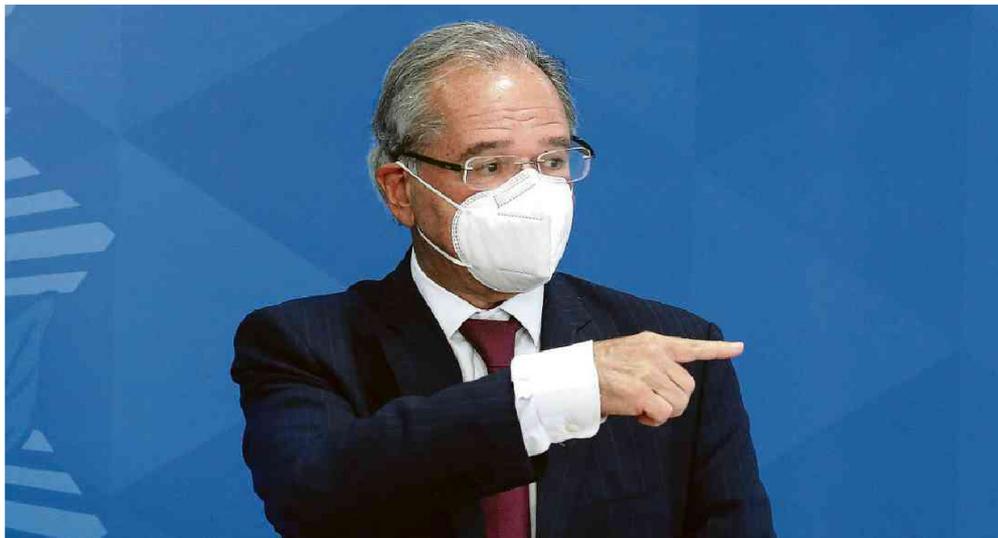
Utilizando as Merrecas, o cliente terá acesso ao desconto. Latas pequenas de até 328 ml valem 0,75 Merrecas, latas médias de 330 a 471 ml valem 1 Merreca, e latas acima de 472 ml, 1,25 Merrecas por unidade. Segundo a Coelba, o valor da Merreca varia mensalmente de acordo com o preço do alumínio praticado na indústria de reciclagem.

Um ponto fixo de arrecadação de material está instalado no Posto Namorado. Os clientes que estão inscritos no Vale Luz e realizarem a troca do resíduo em outros pontos também poderão ter acesso ao desconto em combustível no Posto Namorado. Basta juntar as Merrecas e entregar no momento do abastecimento.

Além das latinhas de alumínio, também são aceitos materiais como papelão, papel de escritório, jornais, garrafas PET, sacos plásticos e embalagens de produtos de limpeza. Podem ser entregues também óleo de cozinha, que deverá estar filtrado e dentro de uma garrafa PET transparente, vidro e resíduo eletrônico, incluindo televisão, celular, teclado, entre outros.

Com informações de A TARDE.

mercado



O ministro da Economia, Paulo Guedes; também sob efeito da inflação, dívida bruta recua de 88,6% do PIB em 2020 para 80,3% em 2021 Sergio Lima - 25.jan.22/AFP

Inflação alta e benefícios menores põem contas públicas no azul em 2021

País registra o primeiro superávit em oito anos, mas resultado não deve se repetir em 2022

Eduardo Cucolo

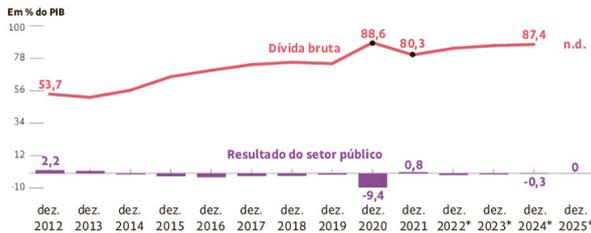
SÃO PAULO As quedas nas despesas com Previdência, pessoal e auxílio emergencial, somadas ao aumento das receitas com a alta da inflação e os dividendos de estatais, levaram as contas públicas a registrar em 2021 o primeiro resultado positivo em oito anos. Essa conjunção de fatores, porém, não deve se repetir em 2022, quando os números devem voltar ao vermelho, como projeta o próprio governo federal.

No ano passado, as receitas de União, estados e municípios superaram as despesas em R\$ 64,7 bilhões ou 0,75% do PIB, considerando o resultado primário — antes do pagamento dos juros da dívida. O resultado positivo foi obra de estados, municípios e empresas estatais em todos os níveis de governo. A União fechou o ano com déficit, embora tenha sido o menor desde 2014.

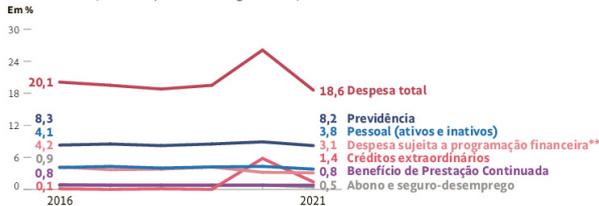
A dívida bruta recuou de quase 88,6% do PIB em 2020 para 80,3%, influenciada pelo efeito da inflação sobre o PIB nominal. A tendência para os próximos anos é de alta da dívida.

Em momentos de aceleração da inflação, as contas públicas costumam melhorar, pois as receitas acompanham o aumento dos preços, enquanto as grandes despesas ficam congeladas durante todo o ano. Isso foi visto, por exemplo, com a Previdência e a despesa com pessoal.

Setor público tem primeiro superávit desde 2013



Previdência e pessoal ajudaram a segurar despesa em 2021



*Projeções do Focus para primário e da IFI para dívida **Inclui investimento e manutenção da máquina
Fontes: Banco Central, IFI (Instituição Fiscal Independente) e Tesouro Nacional

Embora o desembolso menor com o auxílio emergencial tenha sido fundamental para a queda do gasto público em relação a 2020, quando a despesa federal foi recorde, chama a atenção a redução na Previdência Social, que voltou aos níveis de 2018 (8,2% do PIB). Trata-se da primeira queda na principal despesa primária federal desde a



As receitas terão um menor aumento na margem devido à desinflação dos preços das commodities e à desaceleração da atividade econômica

Tiago Sbardelotto
economista da XP

reforma de 2019.

Os números detalhados até novembro mostram que a concessão de novos benefícios caiu pelo segundo ano seguido. Ainda assim, a quantidade total de segurados cresceu. Já o valor total pago pelo INSS foi maior em termos nominais, mas menor quando se considera a correção pela inflação, que corroeu o poder de compra dos segurados ao longo do ano.

A segunda rubrica de maior peso, a despesa com pessoal, caiu ao menor patamar da série iniciada em 2008 (3,8% do PIB). Apenas o gasto com militares na ativa ficou estável no ano passado, enquanto a despesa com civis, inativos e pensionistas recuou. O congelamento dos salários dos servidores ativos civis explica o resultado.

Dados do Tesouro mostram que 79% da despesa federal em 2021 foi destinada ao pagamento de benefícios (previdenciários, pessoal, abono, seguro-desemprego, auxílio emergencial etc.). Outros 15% incluem investimentos e gastos com a manutenção da máquina, sendo que metade dessas despesas são obrigatórias —principalmente com saúde—, e a outra metade, de livre alocação para o governo.

A expectativa para os próximos anos é de queda contínua nas despesas, segundo projeções da IFI (Instituição Fiscal Independente).

A despesa total do governo federal em 2021 foi a menor em sete anos (18,6% do PIB)

e pode seguir em queda nos próximos anos, principalmente pelo aperto cada vez maior na parcela de gastos não obrigatórios, como investimentos e despesas para manutenção da máquina.

O problema é que as receitas também devem cair. Com a contribuição da inflação e dos preços mais elevados do petróleo e outras commodities, a receita líquida voltou em 2021 ao nível de 2019 na comparação com o PIB (18,2%), com bons resultados tanto de tributos como dos gordos dividendos pagos por BNDES e Petrobras no ano passado.

Com isso, o resultado na esfera federal (governo central) deve ser deficitário neste e nos próximos dois anos, segundo projeções da pesquisa Focus do Banco Central.

Também é esperado aumento da despesa financeira dos governos. Em um ano de alta de juros e inflação, a despesa com a dívida passou de 4,18% para 5,17% do PIB, pior resultado em três anos, o que também se mostra um desafio para a administração do endividamento.

Pelo conceito internacional para comparação da dívida, o Brasil ainda está com o maior valor entre países emergentes.

O banco Goldman Sachs diz que houve redução do risco fiscal a curto prazo em razão dos fatores que melhoraram o resultado das contas públicas, mas afirma que o alto nível de endividamento e a expectativa de novo déficit torna o país vulnerável a choques externos e domésticos.

A instituição diz que colocar a dívida em uma tendência de declínio e construir novos amortecedores fiscais, após a mudança no teto de gastos, são os principais desafios para o país nos próximos anos.

A agência de classificação Fitch Ratings diz que o resultado fiscal de 2021 não se repetirá em 2022, devido a um crescimento mais fraco, deterioração no resultado primário e maiores despesas com juros.

A instituição destaca que o desempenho da receita no ano passado foi impulsionado pelo crescimento nominal do PIB, preços de commodities elevados e consumo maior de bens (mais tributados) em relação a serviços (menos tributados). Destaca ainda a devolução de empréstimos do BNDES para o Tesouro, o que ajudou a reduzir o endividamento, um impacto de 1,1 ponto do PIB.

A XP espera um resultado mais fraco para o setor público (déficit de 0,6% do PIB) em 2022 e diz que haverá maiores gastos tanto no governo central quanto nos regionais com a mudança no teto de gastos e o ciclo eleitoral.

“Adicionalmente, as receitas terão um menor aumento na margem devido à desinflação dos preços das commodities e à desaceleração da atividade econômica. No entanto, colocamos uma tendência de alta nessas expectativas, uma vez que os preços das commodities elevados no início deste ano”, afirma Tiago Sbardelotto, economista da XP.

Projeções para IPCA de 2022 ficam mais distantes da meta

SÃO PAULO | REUTERS As projeções de economistas para a inflação tanto neste ano quanto no próximo aumentaram com força na mais recente pesquisa Focus, divulgada nesta segunda (31) pelo Banco Central, mas a perspectiva para a política de aperto dos juros seguiu inalterada.

O levantamento semanal apontou que as expectativas para a alta do IPCA, a inflação oficial, subiram para 5,38% em 2022 e 3,50% em 2023, saindo respectivamente de 5,15% e 3,40% na semana anterior.

Na última reunião do ano passado, o BC elevou a Selic, taxa básica de juros, a 9,25%, e volta a se reunir nesta terça

(1º) e nesta quarta (2).

A perspectiva para este ano vai ainda mais além do teto da meta, cujo centro é de 3,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. Para 2023, a projeção mediana está acima do centro do objetivo, de 3,25%.

Em 2021, a inflação fechou em 10,06%, puxada, sobretudo, pelos combustíveis. O etanol foi o item do IPCA que acumulou a maior alta no ano, de 62,23%. A gasolina subiu 47,49%; o óleo diesel, 46,04%.

O IPCA-15 de janeiro, divulgado na semana passada, indicou desaceleração no ritmo de alta, com elevação de 0,58%, mas ainda acumula expansão

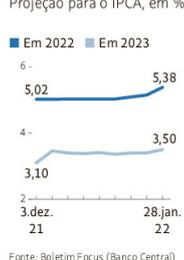
de 10,20% em 12 meses. Os preços foram puxados sobretudo por alimentos e bebidas, sendo que a inflação da comida é um dos focos de preocupação no começo do ano, pela estiagem que afeta lavouras no Sul e Centro-Oeste.

A piora das estimativas do Focus para 2022 também se dá na esteira do aumento da projeção para a alta dos preços administrados a 5,10% —antes, a projeção era de 4,74% antes. Para 2023, a estimativa para esses preços teve ajuste para baixo de 0,01 ponto percentual, para 3,98%.

Além do Focus, na semana passada o banco Credit Suisse elevou suas projeções de alta

Inflação mais forte

Projeção para o IPCA, em %



Fonte: Boletim Focus (Banco Central)

dos preços para 2022 também para acima do teto da meta, de 5%. A instituição agora projeta que o IPCA feche o ano com alta de 6,2% —ante estimativa anterior de 6,0%.

“Os riscos para nossa previsão permanecem inclinados para cima, já que o processo de desinflação no país tem sido, historicamente, muito lento e desafiador”, disse, em relatório, a economista-chefe do Credit Suisse no Brasil e colunista da Folha, Solange Srouf.

A disparada de preços também é apontada pelo FMI como um fator de preocupação para a América Latina, se desdobrando em maior aperto da política monetária e me-

nor crescimento.

Entre economistas, também há uma percepção de que a eleição de outubro deve dificultar o combate à inflação, já que as lutas políticas e ruídos na área fiscal acabam por influenciar o câmbio.

Apesar da piora no cenário inflacionário, os especialistas consultados pelo Focus seguem vendo a Selic, a taxa básica de juros, a 11,75% ao fim deste ano e a 8,0% ao fim de 2023.

Para o PIB, a pesquisa mostrou que as estimativas são de crescimento de 0,30% neste ano e de 1,55% no próximo, respectivamente de 0,29% e 1,69% no levantamento anterior.

ESPAÇO ABERTO

O joio e o trigo nas contas do governo

Felipe Salto

estadaodigital#nilson.galvao@gmail.com

As receitas do governo são um percentual da produção, do consumo e da renda. Se a inflação aumenta, essas bases incham e a receita cresce. Já a despesa é mais afetada pela inflação passada. É preciso escrutinar os dados fiscais de 2021 para evitar análises equivocadas sobre o déficit de R\$ 35,1 bilhões. Houve melhora, mas por conta de fatores transitórios, principalmente inflação, dólar e preços de commodities. Isso não se repetirá em 2022.

A receita líquida do governo central deflacionada pelo IPCA cresceu 21,2%, entre 2020 e 2021, depois de diminuir 13,5% no período anterior. Isto é, o tombo de 2020 foi maior que o do PIB (recessão de 3,9%) e a recuperação, em 2021, superou o crescimento da economia (projetado em 4,6%). Essa distorção das taxas da arrecadação vis-à-vis às do PIB é típica de períodos de recessão. Para o médio prazo, a tendência é a receita caminhar com a economia.

Mesmo assim, a alta real de 21,2% impressiona. Poderia sugerir uma mudança de dinâmica a autorizar mais gastos.

Ocorre que a evolução do dólar e dos preços das commodities precisa ser contemplada na análise. Quando deflacionada pelo IGP-M, índice mais sensível aos preços das commodities e ao dólar, a receita líquida cai 27,4%, em 2020, para subir 11,3% em 2021. Vamos entender: a economia recuperou-se, após a recessão de 2020, e então começou a andar de lado. Não há razão para projetar uma dinâmica permanentemente melhor das receitas.

Em 2022, a Instituição Fiscal Independente (IFI) prevê crescimento do PIB de 0,5% e inflação na metade do que foi em 2021. Não podemos cair na esparrela de adotar o reflexo no retrovisor como um bom prognóstico.

Para averiguar melhor o peso da inflação, recorro a dados históricos. De 1985 a 1993, quando a inflação anual (IPCA) saiu de 242% para 2.477%, houve superávit primário anual médio de 1,6% do PIB no setor público. As receitas seguiam a inflação de perto; já as despesas, nem sempre, dada a enorme discricionariedade quanto ao reajuste do funcionalismo e mesmo do salá-

Em 2022, as receitas perderão fôlego, os juros estarão bem mais altos e o déficit deverá ser o dobro em relação a 2021

rio mínimo. A inflação era uma aliada poderosa para reduzir as despesas sem maior esforço, o que redundava em superávits primários. Mas eles não sobreviveram quando a inflação caiu.

Mais recentemente, entre 2014 e 2015, a inflação também acelerou. Mas por que o déficit primário do governo central

superou a estimativa do PLDO – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (déficit de R\$ 114,7 bilhões), totalizando R\$ 120,5 bilhões, em vez de ficar menor? Primeiro, a inflação prevista no PLDO era de 4,5% e ficou em 10,7%, mas o crescimento do PIB real previsto era de 3%, enquanto o resultado foi uma recessão de 3,6%. Segundo, os preços das commodities caíram. Terceiro, houve pagamento das chamadas pedaladas fiscais (R\$ 55,8 bilhões). Nada é tão simples quanto parece.

Então, não houve nada de bom na cena fiscal dos últimos anos? Do lado das despesas, alguns eventos merecem destaque. Primeiro, os gastos realizados contra a covid-19 passaram de R\$ 52,4 bilhões, em 2020, para menos de 1/4 disso em 2021. Segundo, não houve reajuste salarial a servidores e o salário mínimo só foi corrigido pela inflação. Terceiro, a reforma da Previdência conteve as emissões de novos benefícios, que estão subindo menos de 1%. Há quatro anos, cresciam 2,5% em 12 meses.

Entre 2020 e 2021, as despesas caíram de 26,1% para 18,6% do PIB. Desta queda de 7,5 pontos percentuais (p.p.), boa parte resultou da redução das despesas extraordinárias ligadas à pandemia; o restante, da corrosão inflacionária. Os gastos de pessoal caíram 0,5 p.p. do PIB, entre 2020 e 2021, a Previdência diminuiu 0,7 p.p., o término da ajuda a Estados e municípios colaborou com menos 1 p.p., o benefício de prestação continuada, o abono salarial e o seguro desemprego caíram

0,4 p.p. e os créditos extraordinários no âmbito do combate à pandemia diminuíram 4,4 p.p. do PIB. O meio ponto restante refere-se à soma das variações de outras rubricas. As despesas indexadas ao salário mínimo serão pressionadas, em 2022, porque ele aumentou 10,2%, mas a inflação será pouco maior que 5%.

Além disso, a despesa de 2021 ficou 0,7 p.p. do PIB menor do que a observada em 2018 (19,3% do PIB). Cerca de 1/3 dessa queda se deveu ao gasto previdenciário e o restante, à folha. Para 2022, esse patamar de gastos primários (sem juros da dívida), de 18,6% do PIB, não deve sofrer grande mudança.

Contudo, o rombo de R\$ 112,6 bilhões no teto de gastos, neste ano, pressionará permanentemente as despesas. Não custa lembrar, também, o calote de R\$ 50 bilhões nos precatórios: aumento da dívida pública. A redução de despesas prometida pelo teto, em 2016, era de 4,5 p.p. do PIB até 2026. Transcorridos 2/3 do tempo, a despesa deveria ficar em 16,9% do PIB, mas terminará 2022 R\$ 150 bilhões maior.

Em 2022, as receitas perderão fôlego e os juros estarão bem mais altos. O governo prevê o dobro de déficit em relação a 2021. Com honestidade intelectual, o joio e o trigo podem ser devidamente apartados. Inflação nunca é boa coisa. ●

DIRETOR-EXECUTIVO E RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DA IFI. CO-ORGANIZADOR, COM JOÃO VILLAVEDE E LAURA KARPUKA, É AUTOR DO LIVRO "RECONSTRUÇÃO: O BRASIL NOS ANOS 20" (SARAIVA, FEV/22)

FÓRUM DOS LEITORES

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada. E-mail: forum@estado.com

Pobreza

Aumento de sem-teto

É impressionante e chega até a ser constrangedor o tanto de pessoas que estão ocupando viadutos e calçadas pelas ruas da cidade de São Paulo, menos para o prefeito Ricardo Nunes. Antes, a maioria dos moradores de rua era composta de pessoas marginalizadas que ocupavam periodicamente a zona central e eram ignoradas pela própria sociedade. Hoje, não precisamos ir longe, basta sair para ver famílias que perderam o direito a uma vida minimamente digna e vivem em espaços com outras que foram jogadas ao relento. Infelizmente, os moradores de rua se tomaram parte da paisagem da cidade, devido ao descaso e incompetência do atual prefeito, sem capacidade de governança para o cargo que não estava minimamente preparado.

Giovanni Lima Montenegro
giovannilima22@icloud.com
São Paulo

Medidas necessárias

Em relação à reportagem *Cresce número de famílias em situação de rua* (31/1, A18), há de considerar para efeito do que se pode esperar de política pública municipal – caso a questão pelo ângulo ético-moral não sensibilize as autoridades – que há questões de salubridade que ultrapassem e podem afetar a público mais vasto do que aqueles que se encontram nessas condições, além de ser contraditório com esforço de combate à pandemia de covid-19, entre outras doenças contagiosas. E parece pouco convincente a explicação dada por Andre Soler, presidente da ONG SP Invisível, sobre a Cracolândia, uma vez que o perfil predominante da atual população de rua, como o próprio censo produzido indica, é muito mais vasto e heterogêneo do que o frequentador daquele espaço. Além disso, a municipalidade não pode simplesmente aceitar a enorme concentração de usuários que existia no centro, até por facilitar a

ação de traficantes. Ademais, será um erro imaginar que o enfrentamento da questão passará por apostar na recuperação da economia, ainda que uma eventual melhora significativa possa beneficiar pequena parcela dos que se encontram nessa situação. É fundamental a combinação de políticas específicas para os diferentes perfis envolvendo os três níveis de governo com o concurso de entidades que já atuam na região.

Rui Tavares Matuf
rtmatuf@uol.com.br
São Paulo

Desabrigados

Tragédias naturais

Com sentimento e pesar sobre mais uma tragédia, vale uma liberdade de opinião. Evitar essas tragédias naturais é impossível, mas minimizar os seus efeitos sim. Com gestão eficaz e eficiente, além de boas práticas e técnicas da engenharia, geologia, climatologia e ciências afins, podem ser feitas as inspe-

ções, recomendações e regulamentações para as áreas de risco. O uso da tecnologia precisa ser municipalizado. As prefeituras possuem procurador jurídico, contador oficial, mas, em sua maioria, não têm o responsável técnico municipal, profissional que é exigido, na iniciativa privada, até para construir um simples muro. Herança burocrática colonial de muito papel e locução, em lugar de forte atitude e decisiva ação. É hora de mudança, de atualização, de renovação, inovação e esperança. Precisamos acordar para um mundo novo e inteligente.

Paulo Cesar Bastos
paulocbastos@hotmail.com
Salvador

Aposentados

Desprezo

Comemoramos neste domingo (30/1) o “Dia do aposentado”. Certos países fornecem exemplos que dignificam e valorizam esses cidadãos e sua sabedoria. No Brasil, a categoria não tem

espaço. São os excluídos! Governo e especialmente os políticos mantêm distância. Por que esse tratamento? Afinal, esses cidadãos fizeram sua parte. O poderoso Centrão, que tudo consegue no governo, poderia olhar com carinho para essa nossa gente.

José Perin Garcia
jperin@uol.com.br
Santo André

Políticos

Os indiferentes

O artigo *Da professorinha rural à Petrobras* (29/1, A4), de Bolívar Lamounier, toca fundo em três das principais mazelas que assolam nossa sociedade, que são a ignorância, o utilitarismo e a falta de escrúpulos que nos tornam uma nave sem rumo. Infelizmente, de boa parte dos que o lerem não receberá muito mais do que um muxoxo de indiferença, como alude o autor.

Alberto Mac Dowell Figueiredo
mdfigueiredo@terra.com.br
São Carlos

Governo Digital

ARTIGO

Bernard Appy
Diretor do Centro de
Cidadania Fiscal

Há um consenso sobre a importância do uso da tecnologia como meio de desburocratizar a relação entre o poder público e os cidadãos e as empresas – acelerando e reduzindo o custo de processos. O Brasil tem avançado nessa direção, inclusive com a aprovação de uma Lei do Governo Digital (Lei 14.129/2021) e a criação de uma Secretaria de Governo Digital. No entanto, ainda há muito a fazer para que a migra-

ção para o governo digital alcance seus objetivos.

Não sou especialista no tema, mas minha experiência pessoal mostra que muitos dos instrumentos de governo digital disponíveis ainda deixam a desejar. Vou começar pelo eSocial, do qual sou usuário como empregador doméstico. Poucas vezes vi uma plataforma tão contraintuitiva. Em vez de criar acessos fáceis e explicações didáticas para ações comuns, como reajustes, programação de férias e pagamento do décimo-terceiro salário, é preciso esquadriñar o programa até descobrir como registrar essas ações. Não por acaso, muitas pessoas optam por contratar um contador para gerir seu eSocial doméstico, inverten-

Seu objetivo deveria ser facilitar a vida do usuário e reduzir os custos para os cidadãos e empresas

do a lógica do governo digital, que deveria ser reduzir custos e facilitar a vida dos usuários. No âmbito do eSocial para

empresas, acaba de entrar em vigor a obrigatoriedade de registro dos dados de saúde e segurança do trabalho – com um modelo pouco amigável aos usuários. Mesmo escritórios de contabilidade estão achando muito complexo o registro das informações e estão recomendando aos clientes que contratem empresas especializadas. Tais empresas, que antes cobravam apenas pelos exames médicos e vistorias realizados, passaram a cobrar mensalidades para manter esse módulo do eSocial atualizado. Em vez de simplificar, a mudança criou novos custos para os pequenos negócios.

Por fim, vou falar do meu registro de vacina da covid. Consigo acessá-lo por três

aplicativos: um municipal (e-saúdeSP), um federal (ConecteSUS) e um estadual (Poupartempo Digital), cada um com características diferentes. No primeiro, não consigo emitir um certificado de vacinação (necessário para algumas viagens). No segundo, não consta a minha dose de reforço (tomada há mais de um mês). Só no terceiro obtive tudo o que necessitava. Suponho que num bom governo digital deveria haver coordenação entre os entes da federação e um acesso único e simplificado a essa informação.

O governo digital é necessário e muito importante, mas é bom lembrar que seu objetivo é facilitar a vida e reduzir os custos para os cidadãos e empresas. ●

Indicadores Volta do superávit

Contas públicas fecham no azul em R\$ 64,7 bi, 1º saldo positivo após 7 anos

Inflação impulsiona a arrecadação de impostos; resultado de Estados e municípios é o maior da série histórica, R\$ 97,69 bi

THAÍS BARCELLOS
CÉLIA FROUFE
BRASÍLIA

Impulsionado pela inflação, pela recuperação econômica e pelo maior consumo de bens e serviços, o setor público consolidado (União, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras) registrou superávit em 2021 após sete anos no vermelho. O resultado positivo foi de R\$ 64,72 bilhões, revertendo parte do recorde negativo de 2020 (R\$ 702,95 bilhões) em meio aos gastos extraordinários na pandemia.

O dado de 2021 é o melhor resultado anual desde 2013 (R\$ 91,306 bilhões). O resultado primário reflete a diferença entre receitas e despesas do setor público, antes do pagamento de juros da dívida pública. O superávit primário consolidado de 2021 ficou abaixo da média das estimativas de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo *Projeções Broadcast*, que era de R\$ 75,2 bilhões.

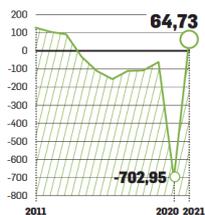
O resultado foi composto por um déficit de R\$ 35,872 bi-

NO AZUL

Contas conjuntas do governo federal, de Estados e de municípios, além de estatais, registraram resultado positivo em 2021 após sete anos no vermelho

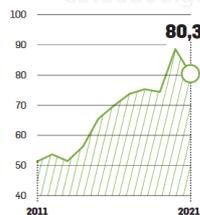
Resultado primário do setor público consolidado

EM BILHÕES DE REAIS



Dívida bruta

EM PORCENTAGEM DO PIB



FONTES: BANCO CENTRAL DO BRASIL / INFOGRÁFICO: ESTADO

lhões do governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS). Já os governos regionais (Estados e municípios) influenciaram positivamente com R\$ 97,694 bilhões, o maior saldo da série histórica.

DÍVIDA PÚBLICA. Em paralelo, a dívida pública cedeu após atingir o recorde anual em 2020. Dados do Banco Central mostram que a dívida bruta do governo geral fechou dezembro aos R\$ 6,967 trilhões, o

que representa 80,3% do Produto Interno Bruto (PIB), ante 88,6% no mesmo período de 2020. No melhor momento da série, em dezembro de 2011, chegou a 51,3% do PIB.

Para o economista do banco americano Goldman Sachs Alberto Ramos, o nível elevado da dívida pública deixa a economia vulnerável a choques. Com a recente fragilização do teto de gastos, o analista vê aumento do risco fiscal. ● COLABORARAM CÍCERO COTRIM E MARIANA GUALTER

Boletim Focus Inflação em alta

Mercado prevê IPCA deste ano mais longe da meta, em 5,38%

BRASÍLIA

Após a alta do IPCA-15 de janeiro (0,58%), economistas do mercado financeiro alteraram para cima suas projeções para o IPCA (o índice oficial de inflação) de 2022, aumentando ainda mais a distância em relação ao teto da meta deste ano (5%).

A estimativa avançou de 5,15% para 5,38%, segundo o Boletim Focus, publicado ontem pelo Banco Central (BC). Há um mês, a estimativa era de 5,03%. A meta neste ano é de 3,50%, com tolerância entre 2% e 5%. Ou seja, o mercado segue indicando o segundo ano consecutivo de rompimento da meta, após o desvio de 4,81 pontos percentuais do IPCA de 2021 (10,06%).

A expectativa para o IPCA em 2023 também voltou a subir, de 3,40% para 3,50%, afastando-se do centro da meta (3,25%, banda de 1,75% a 4,75%). A estimativa era de 3,41% há quatro semanas. As projeções para 2024 e para 2025 continuaram em 3%. Há quatro semanas, ambas estimativas eram de 3%.

A meta para 2024 é de 3%, com margem de 1,5 ponto percentual (de 1,5% a 4,5%). Para 2025, por sua vez, a meta ainda não foi definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). No comunicado do Comitê de

Política Monetária (Copom) de dezembro, o BC atualizou suas projeções para a inflação com estimativas de 4,7%, em 2022, e de 3,2%, em 2023.

JUROS BÁSICOS. Apesar da deterioração do cenário inflacionário doméstico e do ambiente externo, os economistas do mercado financeiro mantiveram a projeção para a Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira, em 11,75% no fim de 2022. Há um mês, era de 11,50%.

Perspectivas
A expectativa para a inflação em 2023 também voltou a subir, de 3,40% para 3,50%

Mas, considerando apenas as 94 respostas nos últimos cinco dias úteis, a expectativa para a Selic no fim deste ano avançou de 11,75% para 11,88%. O Copom volta a se reunir hoje e amanhã para definir a nova taxa. O mercado espera um novo aumento de 1,5 ponto, levando a Selic de 9,25% para 10,75% ao ano.

O Focus também mostrou aumento na previsão mediana do Produto Interno Bruto (PIB) de 2022, que passou de 0,29% para 0,30%. Há um mês, a estimativa era de 0,36%. Considerando apenas as 58 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2022 recuou de 0,41% para 0,32%. Para 2023, cedeu de 1,69% para 1,55%. ● T.B.

NOTAS E INFORMAÇÕES

A melhora das contas em 2021



Inflação e dólar ajudaram a recuperação fiscal em 2021. Despesas eleitorais poderão prejudicar 2022

Com superávit de R\$ 64,73 bilhões em 2021, equivalente a 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB), pela primeira vez em oito anos o setor público brasileiro fechou as contas com resultado primário positivo. O último resultado em azul, o de

2013, correspondeu a 1,71% do PIB. O saldo primário é a diferença entre receitas e despesas sem inclusão dos juros. O superávit do ano passado foi garantido por Estados e municípios, porque o resultado primário do governo central foi um déficit de R\$ 35,87 bilhões. O governo central incluiu o Tesouro Nacional, o Banco Central (BC) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Como ocorre quase sempre, o saldo positivo acumulado pela dupla Tesouro-BC foi engolido pelo déficit do INSS, um buraco de R\$ 247,34 bilhões. Os dados consolidados são do BC.

Como era previsível, o governo central teve resultado muito melhor que o de 2020, primeiro ano da pandemia, quando o déficit primário chegou a R\$ 745,27 bilhões. Naquele ano, o PIB encolheu 3,9%. Isso bastaria para devastar a arrecadação de impostos e contribuições. Mas a administração central adiou o recolhimento de tributos e executou programas de sustentação do emprego e de ajuda aos trabalhadores mais vulneráveis. Em 2021 a economia voltou a movimentar-se e, ao mesmo tempo, facilidades concedidas em 2020 foram retiradas e tributos adiados foram recolhidos.

A equipe econômica tende a ressaltar a reativação econômica e a disciplina fiscal como fatores de recuperação das contas públicas. Mas uma explicação mais precisa mencionará também a inflação e alta do dólar. Afetando os preços, esses fato-

res produziram efeitos semelhantes aos de uma ampliação da base tributável.

Ao calcular a variação real da receita, funcionários do Tesouro tomam como referência, normalmente, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O crescimento "real" da arrecadação, em 2021, fica menos notável, no entanto, quando se leva em conta a variação dos preços por atacado, como sugeriu Felipe Salto, diretor executivo da Instituição Fiscal Independente. No atacado, a influência do dólar e do mercado internacional (especialmente em preços de produtos agrícolas e minerais) é mais facilmente perceptível.

Com inflação, dólar caro, corte de benefícios tributários, algum crescimento econômico e algum esforço de contenção, a equipe do Ministério da Economia conseguiu, enfim, fortalecer as contas federais em 2021. A contribuição dos governos estaduais e municipais é bem clara no balanço final. Somadas despesas com juros, chega-se ao resultado "nominal" das contas consolidadas, um déficit de R\$ 383,66 bilhões, 4,42% do PIB. Em 2020 essa relação havia sido de 13,60%. Antes da pandemia esse indicador já era ruim - 7,77% em 2017, 6,96% em 2018 e 5,81% em 2019. Economistas do mercado apostam em sensível deterioração fiscal em 2022, por causa de gastos motivados por interesses eleitorais. Essa expectativa dificilmente deixará de ser confirmada, se isso depender do presidente Jair Bolsonaro e do Centão. ●

EDITAL DE PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS

30ª Vara Cível - Fórum Central de São Paulo-SP

Processo nº 1109934-32.2021.8.26.0100

Natureza: Protesto contra Alienação de Bens.

Requerentes: Maiz Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.; Vivenda Nobre Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Vivenda Nobre Incorporadora Ltda.); RNK Empreendimentos Ltda.; M5 Empreendimentos e Participações Ltda. (WGM Participações Ltda.) e Construtora e Administradora Taquaral Ltda.

Requeridos:

**FLPP - Faria Lima Prime Properties S.A.
Partage Empreendimentos e Participações Ltda.
Adalmiro Dellape Baptista Junior
Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista
Raphael Baptista Netto
FI 32 Empreendimentos e Participações Ltda.
Ricardo Aron Terra Fernandes Birmann
Raquel Pereira Domingues
Marcelo de Paiva Rosa
Anaconda Comércio e Desenvolvimento Urbano Ltda.
Anaconda Real Estate Ltda.
Parinvest S.A - Participações e Empreendimentos**

Edital para Conhecimento de Terceiros Interessados, com Prazo de 30 (Trinta) Dias, expedido nos Autos do Processo nº 1109934-32.2021.8.26.0100.

O (A) MM. Juiz(a) de Direito da 30ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo-SP, Dra. Clarissa Rodrigues Alves, na forma da lei, etc.

Faz Saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e ainda a quem interessar possa, para prevenir responsabilidades, prover a conservação e ressava de seus direitos, e para que terceiros não venham alegar ignorância dos fatos ou invocar boa-fé, que perante esse MM. Juízo Cível, se processam os autos nº 1109934-32.2021.8.26.0100 de Ação de Protesto Contra Alienação de Bens em que são Requerentes Maiz Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.; Vivenda Nobre Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Vivenda Nobre Incorporadora Ltda.); RNK Empreendimentos Ltda.; M5 Empreendimentos e Participações Ltda. (WGM Participações Ltda.) e Construtora e Administradora Taquaral Ltda. e Requeridos Ricardo Aron Terra Fernandes Birmann; Raquel Pereira Domingues; Adalmiro Dellape Baptista Junior; Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista; Raphael Baptista Netto; Marcelo de Paiva Rosa; Anaconda Comércio e Desenvolvimento Urbano Ltda.; Anaconda Real Estate Ltda.; Parinvest S.A Participações e Empreendimentos; Partage Empreendimentos e Participações Ltda.; FI 32 Empreendimentos e Participações Ltda. e Flpp - Faria Lima Prime Properties S.A., com as informações que seguem:

Foi proferida sentença arbitral que, complementada por decisão sobre pedidos de esclarecimentos, condenou os Requeridos ao pagamento de valores previstos em Instrumento Particular de Confissão de Dívida com Fiança, Garantia Hipotecária e Outras Avenças ("Confissão de Dívida"), tendo declarado que: (i) os Requeridos estão obrigados a pagar aos Requerentes a indenização prevista contratualmente a partir de 19.11.2016; e (ii) os Requeridos também deveriam pagar aos Requerentes o valor integral de determinados imóveis, caso não fossem entregues nas condições pactuadas até 18.6.2021, de acordo como contrato firmado entre as partes. Os valores referentes à indenização prevista no contrato estão sendo liquidados em segundo procedimento arbitral instaurado pelos Requeridos. Paralelamente à arbitragem em curso, os Requerentes instauraram terceiro procedimento arbitral em que serão definidos os valores que devem ser pagos pelos Requeridos pela não entrega dos imóveis, nos termos do contrato. **Desta forma, os Requeridos são devedores de quantia que pode superar R\$ 600.000.000,00.**

Visando assegurar o legítimo interesse das Requerentes de preservar o direito ao recebimento dos valores devidos pelos Requeridos, as Requerentes ajuizaram Ação Cautelar de Protesto contra Alienação de Bens, a fim de identificar terceiros sobre o seu crédito, inibir os Requeridos da realização de atos e providências que possam dissipar seu patrimônio; e evitar que terceiros de boa-fé adquiram bens dos suplicados. O protesto contra alienação de bens foi deferido por decisão do MM. Juízo da 30ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo-SP, proferida em 13.10.2021.

Assim, para prevenir responsabilidades, prover a conservação e ressava de seus direitos, e para que terceiros não venham alegar ignorância dos fatos ou invocar boa-fé, foi determinada a publicação do presente edital, o qual será afixado e publicado na forma da lei. **Nada Mais.**

São Paulo - SP, 1 de Fevereiro de 2022.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO CBAI - CNPJ: 29.983.798/0001-10
RETIFICAÇÃO NA PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO VIRTUAL NOS DIAS:
29+30+ 31/01/2022 NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO
No Art. 10 - O Colégio Eleitoral será composto pelas pessoas jurídicas e físicas nomeadas no Edital de Convocação da presente Assembleia Geral, do regulamento da eleição para membros suplentes do conselho fiscal para o período 2022/2024 da cbaí e serem realizadas na sessão Extraordinária da Assembleia Geral do 31 de março de 2022 no quadro descritivo onde se há Segmento: Medalhista Olímpicos. Votantes: 19,0; Peso/Voto: 1. Total de votos: 19,0; Proporção: 14,39% (seu) Segmento: Medalhista Olímpicos. Votantes: 19,0; Peso/Voto: 1. Total de votos: 19,0; Proporção: 14,39%.

Pedido de Ajuda aos Herdeiros do Sr. Hélcio M. Pereira
Solicito contato imediato de herdeiros/representantes do falecido Sr. Hélcio M. Pereira, concessionário do jazigo no Cemitério São Paulo, quadra 20 terreno 266, cujo último recadastramento foi realizado por Daniel A. Pereira em 06/Setembro/2005, com o objetivo de encaminhar a devida autorização para a exumação dos restos mortais do Sr. Luiz Jorge P. Barboza, primo do Sr. Hélcio, falecido em 07/Agosto/1998. Favor entrar em contato pelo email silvio.l.barboza@gmail.com ou com a administração do cemitério no telefone 3032-5986.

PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS
Processo nº 1109934-32.2021.8.26.0100
Consultar este edital no site do Poder Judiciário



Contas públicas fecham no azul pela 1ª vez desde 2013

Superávit foi de R\$ 64,7 bi. Inflação ajudou a melhorar a arrecadação. Dívida caiu para 80,3% do PIB, abaixo dos 88,6% de 2020

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@fbsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O setor público consolidado (que reúne União, estados e municípios) fechou as contas no azul no ano passado, o que não acontecia desde 2013. O superávit primário (receitas menos despesas antes do pagamento dos juros da dívida) foi de R\$ 64,727 bilhões, o equivalente a 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme divulgou ontem o Banco Central (BC).

O resultado ajudou a redu-

zir a parcela da dívida pública em relação ao PIB. Depois de finalizar 2020 em 88,6% do PIB e chegar ao pico em fevereiro do ano passado, a dívida pública seguiu caindo nos últimos meses e terminou 2021 em 80,3% do PIB.

Mas foi a inflação que mais ajudou a reduzir a dívida, segundo especialistas. O PIB de 2021 avançou porque a atividade econômica demonstrou uma recuperação em relação ao primeiro ano da pandemia. Além disso, a inflação acima dos 10% contribuiu para aumentar o chamado PIB

nominal (sobre o qual a dívida é calculada). Étore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, lembra que isso ajuda também na arrecadação de impostos:

— Um exemplo é o petróleo. O preço subiu e o preço da gasolina aqui também. O ICMS, que é um percentual (que incide sobre o valor do combustível), também subiu. Consequentemente, a arrecadação dos estados melhorou, e a fotografia fiscal também.

Já a incorporação de juros nominais — que subiram de 2% ao ano para 9,25% — e a

desvalorização cambial tiveram impacto contrário.

Esse patamar de dívida de 80,3% em relação ao PIB é o menor desde abril de 2020, quando estava em 78,4%. Antes do início da pandemia, em fevereiro de 2020, o

84,8%

É a projeção para dívida pública sobre o PIB este ano

A estimativa foi calculada pela Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado

índice estava em 75,3%.

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, espera que a dívida suba para 84,8% em 2022. Segundo o relatório da instituição de janeiro, os juros mais altos e um resultado pior das contas públicas vão fazer a dívida aumentar.

Ariane Benedito, economista da CM Capital, reconhece que o resultado fiscal de 2021 foi bom, mas a expectativa para este ano é “bem pior” por causa do crescimento baixo e da inflação perto do teto da meta, em 5% ao ano:

— Se a gente olhar a projeção só de crescimento já é baixa, quando a gente adiciona a política monetária mais contracionista, a situação fica pior ainda.

Enquanto o governo central — que inclui o governo federal, INSS e Banco Central — teve um déficit de R\$ 35,9 bilhões no ano, os governos regionais registraram superávit de R\$ 97,7 bilhões, e as empresas estatais, de R\$ 2,9 bilhões.

Sanchez diz que a inflação trouxe uma “ilusão” de bem-estar fiscal:

— A inflação é a grande responsável pelo resultado fiscal porque não tivemos uma melhora na dinâmica de gastos. O que surpreendeu foi a arrecadação. É por que veio melhor? Por causa da inflação, de maneira sistemática.

PANORAMA ECONÔMICO



oglobo.com.br/economia/miriamleitao

alvarograbel@oglobo.com.br

Por Alvaro Grabel



Dívida cai, mas contas são ruins

A dívida bruta teve uma forte queda, como mostrou ontem o Banco Central, mas no mercado não há um único economista confortável com as contas públicas. Primeiro, porque a dívida permanece em patamar elevado e voltará a crescer em 2022. Segundo, porque o aumento da inflação ajuda primeiro a arrecadação do governo, o que aconteceu no ano passado, e só depois atinge as despesas, via indexação, o que acontecerá este ano. Terceiro, porque os gastos com juros podem chegar a R\$ 700 bilhões, com a alta da Selic, para segurar a própria inflação. Tudo isso se somará a um ano eleitoral com promessas de mais despesas por um presidente que fará de tudo para se reeleger.

É preciso entender que a inflação elevada ajuda em um primeiro momento as contas públicas, mas depois provoca um efeito rebote. De início, a disparada dos preços significa mais dinheiro nos cofres dos governos federal, estadual e municipal. É fácil ver isso, por exemplo, nos preços dos combustíveis. Quanto mais alta a gasolina, maior a arrecadação dos estados com ICMS. E não é à toa que os chamados entes subnacionais fecharam o ano com superávit de R\$ 97,7 bilhões (veja o gráfico). A energia elétrica em alta também ajudou, assim como o aumento dos preços das commodities em dólares, como soja e minério de ferro.

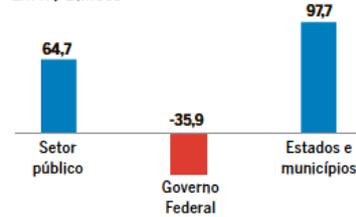
Depois, porém, vem o aumento das despesas pela inflação. E um exemplo prático disso, explica o economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), é o reajuste do salário mínimo, que será de 10% em 2022. A inflação alta também ajuda a diluir o endividamento sobre o PIB nominal, já que este último aumenta mais — por um efeito estatístico — com a inflação mais alta. Salto explica de forma técnica esse efeito:

— A inflação aumenta as receitas mais do que aumenta as despesas, que estão atreladas à inflação passada, melhorando o primário esperado. Isso reduz a tração da alta do numerador (dívida), ao mesmo tempo em que o denominador (PIB nominal) sobe mais rápido com a inflação.

O aumento das despesas com juros já come-

RESULTADO PRIMÁRIO EM 2021

Em R\$ Bilhões



Fonte: Banco Central

çou a aparecer nas estatísticas. Apesar de 2021 ter começado com a Selic em 2% e ter tido uma alta gradual para 9,25%, os gastos com juros dispararam de R\$ 312 bilhões para R\$ 448 bi. Neste ano, essas despesas podem chegar a R\$ 700 bi, pelas contas da IFI.

O Ministério da Economia tem comemorado o congelamento dos salários dos servidores públicos, como exemplo de austeridade. A medida, por sua vez, já está caindo por terra, com as promessas eleitorais do presidente Jair Bolsonaro, que tem anunciado aumento de salário até quando não arcará com a conta, como o reajuste de 33% para os professores da rede básica. A dívida caiu, mas as contas continuam ruins.

PRESSÃO NO BANCO CENTRAL

O Banco Central começa a reunião do Copom hoje mais uma vez pressionado. Depois de o IPCA-15 de janeiro ter vindo acima das expectativas, o Boletim Focus mostrou novo aumento das projeções de inflação deste ano (de 5,15% para 5,38%) e também do ano que vem (de 3,4% para 3,5%). O BC já se comprometeu com uma alta de 1,5 ponto na Selic, para 10,75%, mas terá que medir cada palavra do comunicado para conter a piora do humor do mercado.

VITÓRIA DOS TÉCNICOS

A criação de vagas pelo novo Caged ainda está sendo estudada pelos especialistas em mercado de trabalho. Para se ter uma ideia, 2021 terminou com saldo positivo de 2,7 milhões de vagas com carteira assinada, número maior do que os 2,6 milhões de 2010, quando a economia cresceu 7,5%. Um ponto, porém, já mudou nas apresentações do Ministério do Trabalho e é digno de nota. Os gráficos passaram a mostrar a quebra de série, de 2020 para frente, já que houve mudança de metodologia. Enquanto esteve sob as asas de Paulo Guedes, vinha tudo misturado para ajudar na tese de que a economia estava bombando.

Miriam Leitão está de férias.

Estados descumprem regra que vincula ICMS ao ensino

Prazo acaba em agosto e só 8 entes já se adaptaram

Por Gabriel Vasconcelos — Do Rio

01/02/2022 05h01 · Atualizado há 4 horas



Veveu Arruda: vinculação da transferência faz prefeito olhar para sala de aula — Foto: Cláudio Belli/Valor

Somente oito dos 26 Estados se adequaram à emenda constitucional 108/2020, que instituiu o chamado ICMS Educacional no financiamento da educação fundamental. O prazo legal para a criação de leis e regulamentação estadual do mecanismo termina em agosto deste ano e quem não se adequar vai descumprir regra constitucional. O levantamento é da Associação Bem Comum (ABC), que assessora governos no tema.

O ICMS Educacional vincula, no mínimo, 10% da parte do tributo estadual que vai para os municípios a melhorias na área. Significa que, se um município melhora os indicadores de alfabetização e de aprendizado de português e matemática, se habilita a receber a cota-parte “cheia” do ICMS. É um estímulo ao aprimoramento dos resultados de aprendizagem e equidade no ensino fundamental em avaliações organizadas a cada ano pelos governos estaduais.

“A maioria dos prefeitos desconhece os indicadores de educação de seu município. Mas tem na ponta da língua a cota-parte do ICMS que entra a cada dez dias. Vincular essas transferências à performance educacional faz o prefeito olhar para a sala de aula. Ele passa a perseguir a melhora dos indicadores para ampliar receita”, diz Veveu Arruda, diretor-executivo da ABC e ex-prefeito de Sobral (CE), referência no país em política educacional.

Especialistas dizem que o mecanismo é caminho eficiente para governos estaduais induzirem municípios a reverterem o quadro de evasão escolar e defasagem no ensino, problemas aprofundados pela pandemia. As receitas de ICMS apuradas são de livre aplicação pelos municípios. Mas melhor se forem aplicadas em educação para recompor o orçamento da área, reduzido pelo governo de Jair Bolsonaro, diz o professor Rubens Barbosa de Camargo, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp).

O veto ao Orçamento da semana passada pesou sobre a educação básica, que perdeu R\$ 402 milhões. Só a ação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica perdeu R\$ 325 milhões ou 35% do que fora destinado pelo Congresso. Programas de aquisição de veículos de transporte escolar (22 milhões) e infraestrutura da educação básica (55 milhões) também foram afetados, diz a ONG Todos pela Educação.

Por lei, um quarto do ICMS recolhido nos Estados é repassado aos 5.568 municípios do país. Essas transferências totalizaram R\$ 104,9 bilhões em 2021, aponta a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Considerando que pelo menos 10% desse bolo esteja atrelado à performance educacional dos municípios, o percentual equivaleria, em valores de 2021, ao repasse de R\$ 10,4 bilhões.

Essa receita já chega às prefeituras nos Estados que tinham leis anteriores, mas adequados ao espírito da emenda constitucional, como Ceará (18%) e Pernambuco (18%). Mas mesmo em Estados com legislação e regulamentação recente o mecanismo só será “ativado” nos próximos anos - casos de Amapá, Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Acre.

O secretário de Educação de Sergipe, Josué Subrinho, afirma que a transferência do ICMS Educacional no Estado (18%) só vai começar em 2024. A lei estadual foi criada no fim de 2019, mas, como a regra federal exige medição de índices por dois anos consecutivos e a análise do resultado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) consome um terceiro exercício, o mecanismo demora ao menos três anos para entrar em vigor. Esse tempo reforça o atraso dos outros 18 estados. Ferraz, da ABC, diz que devem se considerar ao menos dois anos.

Goiás e Mato Grosso do Sul têm leis, mas não regulamentação. Maranhão e Mato Grosso têm o texto pronto, mas não encaminharam às Assembleias locais. Alagoas e Minas Gerais têm legislações análogas, mas com percentuais de repasse inferiores ao novo mínimo constitucional (5% e 2%). Outros 12 Estados ainda engatinham no tema. O governo de São Paulo informou que há projeto de lei afim na Assembleia Legislativa do Estado.

A experiência, diz Arruda, mostra que não basta criar arcabouço legal: “Sem política que integre Estado e municípios, não funciona”. Ele considera que o atraso dos Estados em adequar a lei de ICMS à emenda constitucional se explica por desinformação, mas também pela “indiferença” de alguns gestores públicos para com a educação.

Nos 11 Estados em que atua sem contrapartida financeira, a ABC ajuda a implementar o Programa de Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), resultado de uma aliança entre a instituição, a Fundação Lemann e o Instituto Natura, com apoio da B3. O PARC prevê a criação de avaliação anual para alunos do

segundo ano do fundamental 1. O programa tem uma série de outras ações. O PARC mostrou testou, em dez Estados, a capacidade de leitura de 250 mil crianças de dez anos: 73% delas se mostraram incapazes de ler nove palavras durante um minuto, sendo consideradas analfabetas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2022

TOTAL BATTLE

Jogar

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Ex-astronauta disse que a foto do pouso na Lua era falsa

ALL AROUND MONEY

LINK PATROCINADO

3 Erros que donos de cachorro cometem e diminuem a vida canina

PETVI

LINK PATROCINADO

Simple truque que limpa toda a rede de esgoto em segundos

PORTAL G9

LINK PATROCINADO

Joana Machado ainda chama a atenção aos 40 anos

MIGHTY SCOOPS

Mais do Valor **Econômico**

Cassio Schmitt, ex-Santander, será novo CEO da Getnet

Executivo substitui Pedro Coutinho, cuja renúncia foi anunciada em 7 de dezembro

Governo ressuscita debate sobre fim do IPI

Medida por funcionar como contraponto a reajustes salariais nos Estados e para conter a inflação

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

01/02/2022 05h00 · Atualizado há 4 horas

Antiga integrante da agenda do ministro da Economia, Paulo Guedes, a eliminação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre todos os produtos, exceto cigarros e bebidas, voltou à mesa de discussões da equipe econômica. Desta vez, passou a ser examinada como um potencial contraponto aos planos de alguns governadores de conceder reajustes ao funcionalismo público e também como medida para ajudar a conter a inflação.

Segundo avalia um interlocutor do ministro, esta seria uma redução estrutural nos preços em geral. Possivelmente, acrescenta essa fonte, teria efeito mais duradouro sobre a inflação que um corte de tributos sobre combustíveis, facilmente anulado pela alta do dólar ou do barril de petróleo. Para interlocutores da área econômica, porém, não está clara ainda a opinião do presidente Jair Bolsonaro sobre essa alternativa.

O debate ocorre em meio à sinalização de Bolsonaro de que enviará ao Congresso uma proposta de emenda constitucional (PEC) que permite a redução de impostos federais e estaduais que incidem sobre combustíveis e energia. A ideia, contudo, já enfrenta resistências de governadores e depende de aprovação do Congresso.

O IPI não incide sobre esses itens. É cobrado sobre produtos industrializados, desde automóveis até alimentos. Além disso, seria reduzido por meio de decreto. Não

dependeria de aprovação do Legislativo nem haveria risco de a proposta ser modificada e receber acréscimos estranhos a seu objetivo, apelidados de “jabutis”.

Uma redução do IPI afetaria os planos de governadores e também de prefeitos de elevar gastos porque 50% das receitas desse imposto e do Imposto de Renda são transferidos a Estados e municípios por meio dos Fundos de Participação. Só em janeiro, o repasse chegou perto de R\$ 19 bilhões.

Na avaliação de um interlocutor de Guedes, cortar parte dessa receita seria um sinal para os governadores segurarem aumentos salariais. O ministro tem feito alertas nesse sentido, embora o próprio presidente da República tenha prometido reajustes a servidores da área de segurança pública, sua base eleitoral, e elevado o piso salarial de professores.

Diferentemente da eliminação de tributos sobre combustíveis, um corte geral no IPI não esbarraria na exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de serem adotadas medidas para compensar a perda de arrecadação, informa a fonte da área econômica.

Essa interpretação é confirmada pelo analista do Senado e especialista em contas públicas Leonardo Ribeiro. “A regra do artigo 14 [da LRF] não exige compensação se a redução das alíquotas for de caráter geral sem tratamento diferenciado”, disse.

O efeito sobre preços, porém, é incerto, alerta a economista da Tendências e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) Juliana Damasceno. Isso porque não há certeza de que o corte no IPI será repassado ao consumidor.

Na avaliação da economista, as empresas podem não reduzir seus preços por entenderem que um corte de impostos em momento crítico das contas públicas não é sustentável e futuramente se transformará em nova alta nos tributos.

Falando sobre combustíveis, especificamente, ela disse que os preços cobrados hoje pela Petrobras já estão defasados em relação ao preço internacional. Mesmo assim, há uma enorme pressão sobre os preços.

“A fonte do problema não está sendo atacada”, disse. A redução de tributos, como quer o presidente, terá pouco efeito nos preços dos combustíveis, dada a forma como são definidos.

A redução de impostos sobre combustíveis, se ocorrer, será restrita à esfera federal, comentou o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. Dificilmente os Estados reduzirão o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

“Mas caímos de novo naquela questão de estar colocando mais um benefício setorial em detrimento de discutir o todo da reforma tributária”, lamentou. “Pode ajudar no discurso eleitoral, mas certamente atrasa ainda mais os esforços que deveriam ser feitos para uma reforma mais ampla, sem falar que do ponto de vista ambiental reduzir ainda mais impostos de combustíveis fósseis vai na contramão do que precisamos.”

Ele avalia que o governo poderia dar uma contribuição mais relevante ao preço dos combustíveis se estivesse mais equilibrado do ponto de vista econômico, o que abriria espaço para uma taxa de câmbio menor.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2022

TOTAL BATTLE

Jogar

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Ex-astronauta disse que a foto do pouso na Lua era falsa

ALL AROUND MONEY

LINK PATROCINADO

3 Erros que donos de cachorro cometem e diminuem a vida canina

PETVI

LINK PATROCINADO

Joana Machado ainda chama a atenção aos 40 anos

MIGHTY SCOOPS

Para SPE, desempenho fiscal do país está entre os melhores do mundo

Brasil fez ajuste fiscal maior que a maioria dos países, diz subsecretário de Política Macroeconômica

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

01/02/2022 05h00 · Atualizado há 5 horas

Bem na foto

Resultados fiscais em 2021 (%) PIB

País	FMI	País	FMI
Egito	1,34	Israel	-4,61
Brasil (0,75 - BC)	-1,585	Filipinas	-5,14
Rússia	0,02	Romênia	-5,20
Emirados Árabes Unidos	-0,05	Áustria	-5,27
México	-0,57	Colômbia	-5,64
Paquistão	-1,31	Bélgica	-5,64
Suíça	-1,93	Índia	-5,70
Dinamarca	-2,18	Países Baixos	-5,87
Portugal	-2,26	Tailândia	-6,50
Turquia	-2,38	Alemanha	-6,51
Arábia Saudita	-2,78	Hong Kong SAR	-6,54
Suécia	-2,83	Nova Zelândia	-6,64
Polônia	-3,14	China	-6,65
Coreia	-3,29	Espanha	-6,65
Vietnã	-3,41	Itália	-7,11
Argentina	-3,50	Canadá	-7,12
Bangladesh	-3,85	República Checa	-7,30
Peru	-3,90	Grécia	-7,30

Indonésia	-4,11	Austrália	-7,46
Malásia	-4,21	Chile	-7,47
África do Sul	-4,24	França	-7,79
Irlanda	-4,51	Noruega	-7,99
Nigéria	-4,52	Japão	-8,44
Finlândia	-4,60	Estados Unidos	-9,16
Irã	-4,60	Reino Unido	-10,76

Fonte: FMI, Banco Central, Secretaria de Política Econômica

O resultado das contas do setor público brasileiro em 2021 é o segundo melhor entre as 50 maiores economias do mundo e o primeiro entre as 20 do topo, diz nota informativa elaborada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia e antecipada ao **Valor**.

O dado considera o resultado divulgado ontem pelo Banco Central para o Brasil, um saldo positivo de R\$ 64,7 bilhões ou 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB), e projeções elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para os demais países. A projeção do organismo internacional para o país era um déficit de 1,585% do PIB, o que o deixaria na sexta posição.

O ranking do FMI considera o resultado do governo geral, que é diferente do dado do Banco Central. No entanto, a correlação entre os dois dados é de 99%, disse o subsecretário de Política Macroeconômica do Ministério de Economia, Fausto Vieira. Por esse critério, apenas o Egito tem melhor desempenho.

“Significa que o Brasil fez um ajuste fiscal maior do que a maior parte dos países”, afirmou. De 2018 até 2021, o resultado fiscal do país ficou 2,3 pontos percentuais de PIB maior, mostra outro exercício da SPE. Comparando essa evolução com a dos demais países, o Brasil é o segundo com maior melhora no resultado fiscal. Com isso, avalia a SPE, a política fiscal brasileira retomou o padrão que tinha em 2014, antes da recessão e da pandemia.

“O grande fator para explicar esse resultado não é a arrecadação forte, e sim a redução de gastos”, afirmou o secretário.

A nota compara os gastos realizados pelos governos dos 20 maiores países do mundo e calcula a posição do Brasil a cada ano. O país vinha se mantendo próximo da 13ª posição na década passada, recuando para a 11ª posição em 2019, décima em 2020 e chegando à nona em 2021. Isso significa que o país, que tinha despesas acima da mediana dos países avançados, agora está na metade menos gastadora do ranking.

Por trás dessa queda nas despesas, estão a retirada de estímulos fiscais no combate à pandemia e seus efeitos, os reflexos da reforma da Previdência e o congelamento de salários do funcionalismo em 2020 e 2021. O processo de consolidação fiscal é essencial para continuar nessa trajetória, afirmou Vieira.

“Os dados não corroboram a deterioração fiscal que tem sido projetada”, disse. A nota traz um gráfico mostrando como as projeções de mercado para o resultado primário, captadas na pesquisa Prisma, foram sendo cortadas ao longo do ano passado. Em julho, estimava-se que o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) encerrasse o ano com um déficit de R\$ 200,8 bilhões. Em dezembro, a projeção estava em R\$ 83 bilhões. O resultado efetivo foi um saldo negativo de R\$ 35 bilhões.

Vieira acredita que o desempenho das contas públicas seguirá bom neste ano, embora a projeção do próprio governo constante da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022 seja um déficit de R\$ 79,3 bilhões para o governo central, maior do que o resultado registrado em 2021.

Outro interlocutor do ministro da Economia, Paulo Guedes, diz que as pressões por novos gastos serão uma constante ao longo deste ano eleitoral. Mas até o momento, não foram adotadas medidas que deteriorariam o resultado fiscal, como reajuste ao funcionalismo federal ou corte em tributos sobre combustíveis.

Para o especialista em contas públicas Guilherme Tinoco, a perspectiva para a política fiscal em 2022 é complicada. O primeiro fator é a dívida pública, ainda acima dos 80% do PIB. A alta dos juros elevará o custo de rolagem do estoque.

A alta da inflação fará subir a pressão por reajustes salariais. “Não será fácil segurar as despesas”, disse. Além disso, a receita não deverá ter este ano o mesmo desempenho visto em 2021.

“Há enorme preocupação com as consequências das mexidas institucionais feitas a toque de caixa”, acrescentou. Cita a alteração do teto de gastos em pleno ano eleitoral e o adiamento mal resolvido do pagamento de precatórios, e uma possível alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para desonerar combustíveis. “É preocupante”, disse. “Não sabemos quais regras estarão valendo nos próximos anos.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2022

TOTAL BATTLE

Jogar

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Adidas mais vendido do ano, agora em oferta imperdível de queima de estoque

FACILLY

LINK PATROCINADO

Simple truque que limpa toda a rede de esgoto em segundos

PORTAL G9

LINK PATROCINADO

Suíços criam óculos de grau ajustável e acabam com monopólio de óticas

FOCUS+

LINK PATROCINADO

Óculos militar é liberado no Brasil e vira febre entre pescadores e motoristas

ULTRAVISION®

Mais do Valor **Econômico**

Filho de Cristina Kirchner deixa liderança do Congresso por discordar de acordo com o FMI

Receita Federal derruba limite para parcelamento de tributos

Nova norma ainda permite parcelar débitos de tributos federais diversos por meio de um sistema único

Por **Gilmara Santos** — De São Paulo

01/02/2022 09h56 · Atualizado há 22 minutos





Advogada Sarah Mila Barbassa: não há em lei nenhum limite de valor — Foto: Divulgação

A Receita Federal acabou com o limite de valor de R\$ 5 milhões para o parcelamento simplificado de dívidas de tributos federais. A novidade é uma das principais da Instrução Normativa nº 2.063 da Receita Federal, publicada ontem no Diário Oficial da União, com novas regras para este programa.

A norma também passa a permitir o reparcelamento de dívidas direto no sistema do Fisco. Ainda possibilita o parcelamento de débitos de tributos federais diversos por meio de um sistema único - só não podem ser incluídas dívidas de contribuições previdenciárias pagas em Guia da Previdência Social (GPS).

As novidades podem ser aproveitadas inclusive por empresas em recuperação judicial. Fica mantido, contudo, o número máximo de parcelas: 60.

Para tributaristas, o novo parcelamento representa uma simplificação em relação ao programa anterior e decorre da Lei nº 10.522, de 2002. “Não há em tal lei nenhum limite de valor”, afirma a advogada Sarah Mila Barbassa, do escritório Cescon Barriou. Segundo ela, o assunto está em discussão no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a partir de recurso repetitivo (Tema 997).

“A IN representa um avanço, em especial quanto ao limite, um tema que já vinha sendo abordado pelos contribuintes no Judiciário com êxito na tese de impossibilidade de se criar limite por instrução normativa, que representa restrição indevida de norma”, diz o advogado André Alves de Melo, do Cescon Barriou Advogados.

O juiz federal Iran Esmeraldo Leite, da 16ª Vara Seção Judiciária da Bahia, por exemplo, deferiu liminar para afastar a limitação imposta pelo artigo 16 da Instrução Normativa nº 1.891/2019. Com isso, autorizou uma empresa do setor de pavimentação a aderir ao parcelamento simplificado de débitos referentes a contribuições previdenciárias, sem qualquer limite de valor (processo nº 1002363-68.2020.4.01.3300).

Para tributaristas, uma das funções da nova IN é encerrar esse tipo de litígio entre Fisco e contribuintes. O advogado Alexandre Gleria, do escritório ASBZ Advogados, afirma que para contribuintes que tinham dívidas muito altas era mais vantajoso ter o valor inscrito na dívida ativa. Isso porque passavam a ter condições melhores para pagar do que por meio do parcelamento ordinário. “Às vezes, era mais vantajoso ficar em mora com a União, esperar ser inscrito e, mesmo com os encargos, o parcelamento compensava”, destaca.

Segundo Gleria, quem devia mais de R\$ 5 milhões tinha que esperar um Refis, uma transação tributária (acordo) ou a inscrição na dívida ativa. “Não fazia sentido esse limite de valor”, diz.

A nova norma prevê a possibilidade de um parcelamento único. Isso quer dizer que, antes da alteração, cada tributo negociado gerava um parcelamento distinto, algo mais burocrático. “Com essa medida, toda a dívida do contribuinte pode ser controlada em um só parcelamento, pago em um mesmo documento, sendo muito mais simples acompanhar”, diz a Receita em nota.

Os sistemas de parcelamento também serão atualizados e centralizados no e-CAC, a plataforma virtual do Fisco. Será possível negociar o reparcelamento das dívidas também por esse sistema. Antes, era necessário protocolar esse processo manualmente na grande maioria das vezes, no caso de reparcelamento. “É uma mudança de atendimento, modernização e desburocratização”, considera Gleria.

Contudo, o estoque de parcelamentos tributários negociados nos sistemas antigos seguirá ativo por lá. Assim, o acompanhamento deverá ser mantido pelos canais anteriores. Além disso, as novas regras não se aplicam às dívidas de tributos do Simples Nacional e MEI (microempreendedor individual).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2022

TOTAL BATTLE

Jogar

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

Superávit do setor público desaponta em dezembro

Resultado de R\$ 123 milhões surpreendeu o mercado por ficar abaixo das expectativas

Por Larissa Garcia e Alex Ribeiro — De Brasília e São Paulo

01/02/2022 05h01 · Atualizado há 5 horas



Fernando Rocha, do BC: dinâmicas diferentes nas transferências do governo federal para os regionais em 2020 e 2021 — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Embora o setor público consolidado tenha encerrado 2021 com o primeiro superávit primário em oito anos, de R\$ 64,7 bilhões conforme divulgado ontem pelo Banco

Central, o resultado de dezembro, positivo em R\$ 123 milhões, surpreendeu o mercado por ficar abaixo das expectativas.

Os resultados anual e mensal foram protagonizados pelos governos regionais, que tiveram o melhor desempenho da história em 12 meses, mas tiveram déficit em dezembro de R\$ 12,8 bilhões, maior do que o esperado pelo mercado.

No ano, o superávit primário do setor público (que inclui governo central, Estados, municípios e estatais) foi equivalente a 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2020, com as medidas de enfrentamento à pandemia de covid-19, as contas públicas do governo tiveram o maior déficit da história, de R\$ 702,95 bilhões (9,41% do PIB).

“O superávit [anual] foi obtido a partir do resultado dos governos regionais, já que o governo central permaneceu em déficit”, disse o chefe do departamento de estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha.

Os Estados e municípios tiveram alta na arrecadação no ano passado com o aumento da atividade econômica e o avanço da inflação - especialmente em combustíveis -, além da redução de despesas com congelamento dos salários dos servidores.

Dessa forma, os governos regionais apresentaram o melhor resultado primário anual da história em 2021, com superávit de R\$ 97,7 bilhões (1,13% do PIB). Já o governo central teve déficit de R\$ 35,9 bilhões (0,41% do PIB) no acumulado do ano.

“A receita líquida real em 2021 cresceu 21,2% em relação ao ano anterior, marcado pela recuperação da atividade econômica. Nas despesas totais, houve diminuição real de 23,6% com a redução de despesas extraordinárias em razão da pandemia”, afirmou Rocha.

Em relação às transferências do governo federal para os regionais, o técnico do Banco Central ressaltou uma inversão de dinâmica. Em 2020, houve redução dos envios ordinários de recursos e aumento dos repasses extraordinários para enfrentamento da crise sanitária. No ano passado, aumentaram as transferências ordinárias, devido ao aquecimento da economia, mas não houve repasse extraordinário.

O Goldman Sachs destacou que o resultado de dezembro do setor público ficou abaixo do consenso do mercado, que estava em torno de R\$ 10 bilhões, mas que representou “uma melhora significativa em relação ao déficit de R\$ 51,8 bilhões registrado há um ano”.

“Os governos regionais tiveram posição antagônica nas últimas estatísticas. Foram vilões em dezembro, mas mocinhos no ano, especialmente com a arrecadação sobre combustíveis”, avaliou Étores Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

Ele destacou que a inflação teve papel importante na melhora fiscal de 2021, mas que há uma espécie de efeito rebote para este ano. “Temos uma economia muito indexada, então veremos recomposição salarial de algumas categorias de servidores, aposentados e pensionistas, que impacta as despesas. A fotografia foi positiva, mas o filme fiscal não tem trajetória tão boa no futuro”, analisou.

O Goldman Sachs também mostrou preocupação com a trajetória fiscal em razão do baixo crescimento e da alta de juros reais. A XP espera resultado mais fraco para o setor público consolidado, negativo em 0,6% do PIB. “Haverá maiores gastos tanto no governo central quanto nos regionais com a mudança no teto de gastos e o ciclo eleitoral. Adicionalmente, as receitas terão um menor aumento na margem devido à desinflação dos preços das commodities e à desaceleração da atividade econômica”, afirmou a XP.

A dívida bruta caiu no ano 8,3 pontos percentuais em relação ao PIB e foi a 80,3%, ou R\$ 6,967 trilhões, em dezembro. O endividamento do governo voltou ao nível de maio do ano passado, antes da maior parte das medidas de enfrentamento à pandemia. Economistas, entretanto, esperam que a dívida se eleve nos próximos anos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

O jogo de estratégia mais viciante de 2022

TOTAL BATTLE

Jogar

LINK PATROCINADO

Contas públicas registram superávit de R\$ 64,7 bi em 2021; 1º resultado positivo em 7 anos

31 DE JANEIRO DE 2022

As contas públicas registraram saldo positivo em 2021, segundo dados divulgados hoje (31), em Brasília, pelo Banco Central (BC). No ano passado, o setor público consolidado, formado por União, estados e municípios, apresentou superávit primário de R\$ 64,7 bilhões, ante déficit de R\$ 70,3 bilhões em 2020. O resultado, o primeiro positivo das contas públicas desde 2013, representa 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB) frente aos 9,41% de impacto registrado em 2020.

Os dados estão no relatório das Estatísticas Fiscais do BC. Segundo o banco, no mês de dezembro, o setor público consolidado registrado superávit primário de R\$ 12,3 bilhões, ante déficit de R\$ 12,8 bilhões em dezembro de 2020. No Governo Central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional), houve superávit de R\$ 13,9 bilhões, e nos governos regionais e nas empresas estatais, déficits, na ordem, de R\$ 12,8 bilhões e R\$ 1 bilhão.

O resultado primário é formado pelas receitas menos os gastos com juros, sem considerar o pagamento dos juros da dívida pública. Assim, quando as receitas superam as despesas, há superávit primário.

Em 2021, o resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, apresentou um déficit de R\$ 383,7 bilhões (4,42% do PIB, soma de todos os bens e serviços

produzidos no país), ante R\$ 1,01 trilhão (13,6% do PIB) em 2020. Em dezembro, o déficit nominal atingiu R\$ 54,2 bilhões, comparativamente a R\$ 75,8 bilhões em dezembro do ano anterior.

Segundo o BC, o superávit primário do setor público consolidado, em 2021, de 0,75% do PIB, contribuiu para que o déficit nominal de 2021 também fosse o menor, em percentual do PIB, desde 2013, quando ficou deficitário em 2,96% do PIB.

Juros

O gasto com juros somou R\$ 448,4 bilhões em 2021, contra R\$ 312,4 bilhões em 2020. Os juros nominais atingiram R\$ 54,4 bilhões em dezembro, frente a R\$ 24 bilhões em dezembro de 2020.

O aumento foi influenciado pelas operações do BC no mercado de câmbio (swap cambial) que registraram perda de R\$ 4 bilhões em dezembro de 2021, ante ganho de R\$ 8 bilhões em dezembro de 2020, e pelo aumento da taxa Selic, atualmente em 9,25% ao ano.

O swap cambial é a venda de dólares no mercado futuro. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita, quando há ganhos, e como despesa, quando há perdas.

Dívida pública

A dívida líquida do setor público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) fechou 2021 em R\$ 5 trilhões,

o que corresponde a 57,3% do PIB. O BC disse que o resultado mostra uma redução anual da relação DLSP/PIB de 5,3 pontos percentuais do PIB.

Segundo o BC, o resultado reflete, sobretudo, efeitos da desvalorização cambial acumulada no ano de 7,4%, (redução de 1,2 ponto percentual); do crescimento do PIB nominal (redução de 8,7 pontos percentuais), do superávit primário (redução de 0,7 ponto percentual), “parcialmente contrabalançados pelos juros nominais apropriados (aumento de 5,2 pontos percentuais) e pela variação da paridade da cesta de moedas que integram a dívida externa líquida (aumento de 0,4 ponto percentual).”

Já a dívida bruta do governo geral (DBGG) – que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais – chegou a R\$ 7 trilhões ou 80,3% do PIB.

“No ano, a relação DBGG/PIB reduziu-se 8,3 pontos percentuais, resultado sobretudo do crescimento do PIB nominal (redução de 12,3 pontos percentuais), dos resgates líquidos de dívida (redução de 2,1 pontos percentuais), da incorporação de juros nominais (aumento de 5,8 pontos percentuais) e da desvalorização cambial (aumento de 0,4 ponto percentual)”, disse o BC.

<https://outline.com/jf74TN>

COPY

 Annotations · [Report a problem](#)

O Outline é um serviço gratuito para ler e anotar artigos de notícias. Removemos a desordem para que você possa analisar e comentar o